



Revista

DESPIERTA

Sociedade, Cultura e Contestação Social

Ano 9, número 12, jul-dez. 2022

Nº 12

ISSN 2359 -5868



SUMÁRIO

ARTIGOS

“EM NOME DA MORAL E DOS BONS COSTUMES”: CONTROLE, VIGILÂNCIA E OPRESSÃO SEXUAL EM CURITIBA/PR PELA DELEGACIA DE COSTUMES (1969-1983)	03
--	-----------

Dayana Brunetto

Bruno Zavataro (in memorian)

Marcelo Bordin

A ACUMULAÇÃO INTEGRAL E A DINÂMICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	17
---	-----------

Nildo Viana

O REGIME DE ACUMULAÇÃO INTEGRAL: TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E NO LAZER	37
---	-----------

Felipe Mateus de Almeida

LAZER E JUVENTUDE NA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL CONTEMPORÂNEA	57
---	-----------

Mateus Orio

RESENHA

O MODO DE PENSAR BURGUESES: EPISTEME BURGUESA E EPISTEME MARXISTA (VIANA, 2018)	01
--	-----------

Giulia Maria Barossi

“EM NOME DA MORAL E DOS BONS COSTUMES”: CONTROLE, VIGILÂNCIA E OPRESSÃO SEXUAL EM CURITIBA/PR PELA DELEGACIA DE COSTUMES (1969-1983)

Dayana Brunetto*
Bruno Zavataro
(*in memoriam*)**
Marcelo Bordin***

Introdução

Este artigo é resultado¹ do levantamento exploratório dos relatórios produzidos pela Polícia Civil do Estado do Paraná, entre os anos de 1969 e 1983², e busca interrogar as políticas opressoras, de controle e de vigilância sexual, empregadas pelo regime militar brasileiro, entre os anos de 1964 e 1983. Trata-se de relatórios que foram produzidos por determinação dos mais diversos secretários de segurança pública do Paraná que se sucederam durante o período ditatorial, todos generais das Forças Armadas, indicados pelo regime militar, mantendo assim uma estrutura centralizadora e controlada pelos militares.

Tomando o conceito de pânico moral como ponto de partida para a nossa reflexão e análise, tal como formulado por Stanley Cohen (2009) e desenvolvido por Richard Miskolci (2007), no que toca aos debates sobre o casamento *gay* no Brasil, o trabalho que apresentamos aqui aborda a política de controle, de opressão e de vigilância sexual implementada durante a ditadura militar contra grupos e sexualidades dissidentes. Tais análises são realizadas a partir dos relatórios anuais produzidos pela Delegacia Especializada de Costumes, situada em Curitiba, entre os anos de 1969 a 1983. Busca-se,

¹ Uma versão inicial desse texto foi apresentado como comunicação oral no 12º Seminário Nacional de Sociologia e Política, em junho de 2022, na Universidade Federal do Paraná, na cidade de Curitiba.

² São, ao todo, 42 volumes contendo os relatórios anuais de todas as unidades da Polícia Civil, estatísticas e registros de ocorrência, efetivo e equipamento, registros de cartório, atividades desempenhadas, dificuldades enfrentadas no cotidiano policial, etc...

* Doutora em Educação (UFPR). Professora do Setor de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. E-mail: dayanabrunetto@ufpr.br

** (*In Memoriam*) Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR (PPGSOCIO-UFPR). Mestre em Criminologia pela *Université Libre de Bruxelles*/Bélgica. Especialista em Sociologia Política pela UFPR. Bacharel em Direito e em Ciências Sociais pela UFPR. Professor universitário. Bolsista CNPq (Bruno Zavataro faleceu em 22 de janeiro de 2023, aos 44 anos e ainda estava cursando o Doutorado em Sociologia, tendo por objeto de pesquisa a resolução de conflitos entre imigrantes ilegais brasileiros na Europa, em especial na Bélgica. Sempre foi um pesquisador preocupado com o rigor metodológico e dotado de uma imaginação sociológica das mais aguçadas.).

*** Geógrafo e Cientista político. Mestre em Geografia e doutor em Sociologia (ambos pela UFPR). Pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH-UFPR) e do Grupo de Pesquisas em Segurança, Violência e Justiça (UFABC) e da Rede Nacional de Pesquisa em Militarização da Educação. Atuou como professor nas graduações em Criminologia e Relações Internacionais no Centro Universitário de Curitiba (Unicuritiba). E-mail: marcelobordin05@gmail.com.

com este trabalho, aproximando-se de uma perspectiva *queer* (MISKOLCI, 2017), investigar os mecanismos opressores de controle de condutas e disciplinares no interior do dispositivo da sexualidade inscritos nas práticas de poder do regime militar brasileiro (1964/1985).

São questões que, como veremos, articulam-se com um contexto mais amplo marcado pela ascensão e maior visibilidade de movimentos de resistência de mulheres, de feministas, de *gays*, de lésbicas e de travestis no contexto da abertura política brasileira e nas lutas pelo reconhecimento de direitos, os quais vão repercutir na esfera do controle e da violência dos corpos, práticas e experiências de sujeitos que se fabricam por meio da dissidência das normas de gênero e sexualidade vigentes.

Pânico Moral e a Ditadura “Hetero”-Militar no Brasil (1964-1984)

Por muito tempo, as questões da sexualidade estiveram à margem de uma agenda de pesquisas relacionadas com o período da ditadura militar no Brasil. De um modo geral, como assinala Renan Quinalha, “temas comportamentais, discussões de gênero e questões sexuais, considerados assuntos de ordem moral, não receberam a devida atenção ou, quando muito, foram analisados como fenômenos sem estatutopróprio” (QUINALHA, 2018, p. 20). Para o autor, apesar do importante papel desempenhado pelas Comissões da Verdade na sensibilização para essas questões, ainda resta para ser produzida uma bibliografia específica que explore as dimensões sexo-gênero-desejo (Gayle RUBIN, 1993)³ na formulação dos mecanismos de controle, vigilância e opressão disciplinares no que se refere ao funcionamento do poder em relação à sexualidade, dirigidos aos “moralmente indesejáveis” no contexto próprio da ditadura militar brasileira.

Os discursos e práticas de normalização, patologização e de criminalização das sexualidades dissidentes não são um fenômeno específico do regime militar brasileiro, levado a cabo entre 1964 e 1984, já que têm suas raízes nos discursos religiosos e nas preocupações científicas e morais de médicos, juristas, criminólogos etc., desde o século XIX no Brasil. Contudo, o fato é que o Estado vai se impor, durante o período ditatorial militar no Brasil, como “o *locus* privilegiado de irradiação de regras proibitivas e licenças permissivas em relação às sexualidades, ajudando a definir condutas classificadas como inaceitáveis” (QUINALHA, 2018, p. 21).

³ Optamos por citar o prenome de autoras na primeira vez em que aparecem no texto para visibilizar as autorias de mulheres e demais representatividades femininas, uma vez que tais sujeitas foram apagadas dos processos de produção do conhecimento. Esta é uma opção, ao mesmo tempo, política e epistemológica por uma escrita feminista e não sexista, pois as normas de citação preveem a utilização apenas do sobrenome da autora ou autor, o imaginário social identifica *a priori* que a produção é masculina. Não ignoramos que as normas também são produtos da sociedade machista.

As transformações que a sociedade brasileira vinha conhecendo desde a década de 1930 em termos de urbanização, mudanças dos modos de vida, reforçadas pela popularização da televisão e pela revolução sexual e dos costumes vão servir de “pretexto para alimentar um pânico moral em diversos setores da sociedade que não conseguiam assimilar a velocidade com que tais mudanças ocorriam” (QUINALHA, 2018, p. 34).

Formulado originalmente por Stanley Cohen na década de 1960, o conceito de pânico moral se revela uma ferramenta heurística rica para abordarmos as condições, os episódios, os processos, as pessoas ou os grupos de pessoas “definidos como uma ameaça para os interesses e valores societais” (COHEN, 2009, p. 1). Trata-se de um conceito importante nos estudos relativos aos meios de comunicação de massa e às reações políticas e morais que resultam da criação de “demônios populares” em contextos de pânicos morais. No mesmo sentido, Miskolci nota que a análise sociológica dos pânicos morais oferece ferramentas e conceitos úteis para se investigar e compreender os movimentos coletivos por mudanças sociais que são geralmente associados ao temor coletivo, às preocupações e à ameaça a uma ordem moral idealizada. Sexualidades múltiplas e dissidentes e temáticas morais, tais como o aborto, a Aids e o casamento *gay* tornam-se objeto de pânicos morais que evocam:

temores com relação à sobrevivência da instituição em seu papel mantenedor de toda uma ordem social, hierarquia entre os sexos, meio para a transmissão de propriedade e, principalmente, valores tradicionais. Assim, se a rejeição ao casamento *gay* resideneste pânico moral da mudança social, isto se dá porque nossa sociedade construiu historicamente a imagem de gays como uma ameaça ao *status quo* (MISKOLCI, 2017, p. 104).

Com efeito, a compreensão da retórica da moral e dos bons costumes se constituiu como um aspecto central na produção do pânico moral e na ordenação do “regime heteromilitar” brasileiro, alimentando uma agenda conservadora e “uma verdadeira cruzada repressiva contra setores classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente” (QUINALHA, 2018, p. 23).

A ditadura militar, operando a partir da concentração de poder e da materialização de práticas de vigilância opressoras e de controle moral e sexual aos mais diversos grupos “subversivos”, vai se pautar tanto pela Doutrina da Segurança Nacional e pela criação dos seus “inimigos internos”, quanto por contornos “morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude” (QUINALHA, 2018, p. 22). Neste sentido, o projeto de poder “hetero”-militar se pretendeu um projeto autoritário e totalizador que buscou ordenar todos os aspectos da vida social e das subjetividades:

Tratou-se de uma verdadeira “utopia autoritária”, com pretensões de totalidade e de alcance absoluto de todas as dimensões da vida social. Um regime ditatorial, em verdade, não é apenas uma forma de organização de um governo orientado para a supressão de direitos e liberdades como um fim em si mesmo, mas se abate

sobre os corpos social, político e individual como um verdadeiro laboratório de subjetividades para forjar uma sociedade à sua própria imagem. Quaisquer obstáculos a serem trilhados, neste sentido, para realizar a vocação de grandeza do Brasil, deveriam ser removidos, eliminados (QUINALHA, 2018 p. 26).

O predomínio das questões de ordem e de subversão nos mais diferentes dispositivos legais, particularmente materializado nos cinco Atos Institucionais impostos pelo governo militar, a prática reiterada da censura em nome da moral e dos bons costumes, em suma, as preocupações pelas questões da sexualidade e do desejo demonstram o quanto estas foram questões centrais das preocupações do Estado e de seus agentes, fazendo com que a sexualidade passasse “a ser tema de segurança nacional para os militares. Os desejos e afetos foram alvo do peso de um regime autoritário comprometido de sanear moralmente a sociedade e criar uma nova subjetividade” (QUINALHA, 2018, p. 31).

É neste sentido que Renan Quinalha fala de uma “política sexual oficializada e institucionalizada” pela ditadura “hetero”-militar com o objetivo de “controlar manifestações tidas como ‘perversões’ ou ‘desvios, tais como o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades” (QUINALHA, 2018, p. 31), vistas como questões que representavam ameaça à segurança nacional e à ordem política e moral:

Pecado, falta de vergonha, anormalidade, degeneração, e até doença, eram as chaves mais tradicionais desta visão que prestigiava a situação específica do sexo em uma sociedade que passava por profundas mudanças nos costumes. (...) Ordem política, de um lado, e ordem sexual, de outro, sobrepuseram-se na tutela moral que o regime autoritário tentou impor à sociedade ((QUINALHA, 2018, p. 33).

Nas engrenagens de uma “política sexual da ditadura”, ordem política e moral vão se articular à repressão, regulação e controle policial de corpos, desejos, afetos, subjetividades... materializada nos objetivos de estigmatização e de exclusão de grupos taxados como “desviantes” ou “degenerados” (*gays*, *lésbicas* e *travestis*), principalmente nos espaços públicos e calçadas (*trottoirs*), no interior de uma “profusão de discursos que normatizaram a sexualidade dentro do campo da tradição, da moral e dos bons costumes” (QUINALHA, 2018, p. 37).

Como nota Renan Quinalha é “notória a dificuldade de encontrar documentação uniformemente distribuída durante todo o período que vai de 1964 a 1988, bem como outras fontes adequadas que permitam uma análise mais detalhada da movimentação do controle moral deste período” (QUINALHA, 2018, p. 34). Essas dificuldades se devem ao fato, sugere o autor, de que não houve durante esse período uma única política moral oficial da ditadura, mas várias políticas morais, ao mesmo tempo em que houve uma multiplicidade

de organismos e de agências encarregadas de exercer a repressão, o controle moral e sexual, dentre os quais podemos destacar a Polícia Civil.

Baseando-nos em uma pesquisa documental e na exploração dos relatórios produzidos pela Polícia Civil do Estado do Paraná, entre os anos de 1969 e 1983, particularmente pela Delegacia de Costumes, sediada em Curitiba, busca-se aqui compreender um pouco melhor os aspectos ligados à repressão moral e sexual durante o período ditatorial militar brasileiro no Paraná, em particular em Curitiba. Se o nosso foco neste trabalho está em torno dos relatórios produzidos pela delegacia de costumes, é importante notar que o controle, a vigilância e a opressão moral e sexual durante o período foi igualmente praticada por uma multiplicidade de polícias, tais como a Guarda Civil, até a sua extinção no final da década de 1960, da Polícia Militar e, mesmo no interior da Polícia Civil, por uma diversidade de delegacias e de unidades não especializadas e especializadas, na capital e no interior do estado. Como já frisamos, estes relatórios foram produzidos por determinação dos secretários de segurança do Paraná, todos generais das Forças Armadas indicados pelo regime militar, como forma de controle das polícias estaduais na lógica centralizadora que prevaleceu neste período. Divididos por ano, muitos dos relatórios produzidos pela Delegacia de Costumes, durante este período, são vagos em elementos qualitativos e descritivos, resumindo-se, quando muito, ao levantamento das estatísticas e dos registros de ocorrências e cartoriais realizados no ano em questão.

Contudo, a depender do ano, principalmente por ocasião da mudança do delegado titular da delegacia, são relatórios com elementos de análise qualitativa já que acompanhados de um descritivo da unidade, do efetivo, das ações realizadas, das dificuldades encontradas, dentre outras questões. O levantamento e a análise dos dados produzidos pela delegacia de costumes entre 1969 e 1983 chamou, *ab initio*, a nossa atenção por tratar dos únicos relatórios que foram produzidos, ao menos até 1977, fazendo a descrição das estatísticas a partir das categorias do *feminino* e do *masculino*, *homem e mulher*, estabelecendo uma distinção entre os delitos garantidos para homens e mulheres, o que não se observa nos relatórios produzidos por outras delegacias e unidades da Polícia Civil no mesmo período.

Trata-se de uma questão que não surpreende na medida em que a delegacia de costumes vai se configurar como um dos instrumentos privilegiados por meio do qual se materializa o controle, a vigilância e a opressão dos corpos e da sexualidade das mulheres, homossexuais e pessoas *trans* (travestis e transexuais), em nome da família heteronormativa e dos valores tradicionais que esta supostamente representa:

Travestis, prostitutas e homossexuais presentes nos cada vez mais inchados guetos urbanos eram uma presença incômoda para os que cultivavam os valores tradicionais da família brasileira. Por esta razão, passaram a ser perseguidos, presos arbitrariamente, extorquidos e torturados pelo fato de ostentarem, em seus corpos, os sinais de sexualidade ou de identidade de gênero dissidentes (QUINALHA, 2018, p. 31).

Durante os 15 anos que compreendem este estudo (1969-1983), a delegacia de costumes foi titularizada por 8 delegados homens, sendo que um deles permaneceu nesta especializada por 8 anos intercalados, o que sugere a uniformidade que estes relatórios vão apresentar ao longo do período. Os relatórios indicam que a delegacia de costumes se dividia em diversas seções que asseguravam o funcionamento da unidade: a secretaria, o cartório, a seção de vigilância, a seção de investigação, a seção de fichários e a seção de entorpecentes (que funcionou nesta unidade até a criação da delegacia antitóxica em 1971). Agindo nas fronteiras do controle, da vigilância, da opressão e da higienização, a delegacia de costumes vai operar não somente na repressão dos crimes contra os costumes previstos no Código Penal (estupro, sedução, corrupção de menores, atentado ao pudor, lenocínio, favorecimento à prostituição...), como também na repressão às contravenções penais (vadiagem, mendicância, embriagues e desordens públicas). Embora possamos dizer que o controle, a vigilância e a opressão das dissidências sexuais foram disseminados num conjunto mais amplo de órgãos e de agências neste período, não se pode de forma alguma menosprezar o papel da delegacia de costumes neste contexto:

Ano/Ocorrência	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Queixas Registradas	200	403	332	477	564	223	850	916
Inquéritos Instaurados	167	93	134	165	415	715	253	186
Mulheres detidas pelo "Trottoir Malicioso"	9854	5411	9348	6645	6289	6377	5725	4505
Pessoas Detidas por Embriagues e Desordem	281	314	--	--	--	--	--	--
Pessoas fichadas por Embriagues e Desordem em primeira incidência	--	--	--	377	211	897	--	348
Mulheres fichadas pelo "Trottoir" (Novas)	--	--	254	541	284	453	453 (?)	--
Mulheres Fichadas (Boates)	--	--	--	398 (602 reformuladas)	353	148	212	233
Seção de Entorpecentes (masculino)	171	124	83	--	--	--	--	--
Seção de Entorpecentes (feminino)	41	23		--	--	--	--	--
Mendigos Recolhidos a F.R.E.L e STAS	--	--	293	340	245	296	--	--
Carteirinhas de bailarinas expedidas para mulheres de Boate	--	--	--	116	353	231	212	184

Homens (H) e Mulheres (M)								
	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976 (não diferencia H e M)
Sedução	H: 39	H: 40	H: 35	--	--	--	--	430
Embriagues/Desordem	H: 281	H: 233	H: 218/M: 88	--	--	--	--	348
Vadiagem	H: 272/M: 272	H: 545/M: 68	H: 313/M: 33	--	--	--	--	4505
Atentado ao Pudor	H: 50/M: 15	H: 55/M: 32	H: 42/M: 24	--	--	--	--	175
Entorpecentes	H: 148/M: 35	H: 354/M: 23	H: 60/M: 15	--	--	--	--	--
Reincidentes	H: 136/M: 157	H: 120/M: 120	H: 103/M: 102	--	--	--	--	--
Diversos	H: 66/M: 30	H: 82/M: 40	H: 77/M: 32	--	--	--	--	--

Fonte: (PCPR, Relatórios Anuais. Delegacia de Costumes - 1969/1976)

Fonte: (PCPR, Relatórios Anuais. Delegacia de Costumes – 1969/1976) – Elaborado pelos autores.

Embora inconsistentes, vagos, muitas vezes dúbios e parciais, os dados fornecidos pela delegacia de costumes nos seus relatórios, apresentados nas tabelas 1 e 2 trazem informações que merecem alguns apontamentos na medida em que revelam as práticas de identificação e de opressão de mulheres, de travestis, de prostitutas e de “vadias”. O controle, a vigilância e a opressão em nome da moral e dos bons costumes se exercem pela articulação de práticas de identificação, de construção de fichários e pela detenção desses sujeitos nos espaços públicos, especialmente pela repressão ao que se convencionou chamar, no jargão policial, do “*trottoir malicioso*”⁴.

Trata-se de um vocábulo que tem origem francesa que significa calçada. Nas palavras de Nomager Nunes de Souza (2021, p. 88), esse termo vai ganhar uma ressignificação e passar “a fazer referência ao andar das prostitutas e travestis a procura de clientes nas calçadas de Paris. Atualmente a palavra é um sinônimo para a prostituição de rua, mas também alude para o ‘passeio’ das pessoas pelas calçadas, aproveitando para se conhecer e estabelecer contatos afetivos e sexuais”. Entre os anos de 1969 e 1976, 54.154 mulheres e travestis foram detidas pela delegacia de costumes pela prática do *trottoir malicioso* em Curitiba, ao mesmo tempo em que houve a identificação em fichários de quase 2.000 mulheres pela mesma prática. No mais, a delegacia de costumes vai expedir durante estes anos as “carteirinhas de bailarinas” para as mulheres de boate, como uma forma de estender o controle sobre este grupo e de assegurar uma espécie de “legalização” e de “salvo conduto” pelo cadastramento delas junto à delegacia. As questões do “*trottoir malicioso*”, da opressão dos corpos e da sexualidade nos espaços públicos, vão ser centrais nos relatórios produzidos até 1976, configurando-se como o principal e mais amplo mecanismo de controle das mulheres, lésbicas, travestis e “vadias” que se pôde notar no período. “Interditar certas práticas, expulsar do espaço público certos corpos, impedir o fluxo de afetos e desejos, modular discursos de estigmatização, foram ações bem combinadas do aparelho repressivo [...]” (QUINALHA, 2018, p. 33). Em 1970, o delegado titular da delegacia de costumes assim se exprime em relação ao *trottoir*, ao apontar o trabalho intenso que vinha realizando neste campo:

O trabalho desenvolvido por esta especializada no combate direto às práticas do célebre “*trottoir*” malicioso. Trata-se de um trabalho diuturno que requer nossas atenções durante vinte e quatro horas diárias, uma luta inglória e incessante, porque se dermos trégua a essa “praga” que é mais um caso social do que policial, fatalmente dominará os locais, onde costuma aparecer (PCPR, Delegacia de Costume. Relatório 1970, p. 2).

⁴ Um interessante trabalho sobre as práticas de opressão, de resistência e do *trottoir* em São Paulo (1979-1983) pode ser encontrado em OCANHA, 2014.

A operacionalização da repressão nos espaços públicos e casas noturnas vai ser apoiada, então, pelos mais diversos mecanismos insidiosos de identificação (fichários, inquéritos, queixas, etc.), de controle e de vigilância (cadastramento, emissão de documentos, carteirinhas, alvarás, etc.), de opressão e de exclusão (detenções e prisões). A questão dos fichários toma uma importância particular, tendo em vista que o “fichário desta Especializada é outro setor que requer uma atuação mais destacada e eficiente.

Contudo, lamentamos afirmar que, até agora, não dispomos de funcionários realmente indicados para atendê-lo [sic] com exclusividade...” (PCPR, Delegacia de Costume. Relatório 1970, p. 03). As blitz e operações conjuntas com outros órgãos, a criação das “rondas fiscalizadoras de boates” e as “rondas diárias pela cidade, em períodos intercalados distintamente, visando retirar de circulação, mulheres de ‘viração’ e ‘travestis’ que atentam contra o pudor público” (PCPR, Delegacia de Costume. Relatório 1978, p. 02 e 03), dentre outros, foram elementos de um complexo sistema de trabalho colocado em prática pela política sexual e moral da delegacia de costumes.

Entretanto, a questão do “*trottoir* malicioso” vai suscitar questionamentos por parte de alguns delegados. No relatório produzido no ano de 1973, o delegado titular da delegacia de costumes chama preferencialmente a atenção para a questão da contravenção da vadiagem “que se constitui num problema social dos mais graves na medida em que aparece como sede para a evolução de outras formas de ilicitude” (PCPR, Delegacia de Costume, 1973, p. 02). Neste relatório, a autoridade policial sugere uma atenção particular a este problema, um entrosamento dos diferentes órgãos (Ministério Público, Escola da Polícia Civil, Poder Judiciário, Secretaria de Trabalho e Assistência Social) na melhor instauração dos procedimentos policiais para a vadiagem e a sua aplicação em substituição ao “*trottoir* malicioso”, “posto que a jurisprudência entende que essa forma de conduta é, em princípio ilegal (não acolhendo a expressão *trottoir* malicioso, para excluir a sua ilicitude), configurando vadiagem” (*Idem*). Assim:

Diante da colaboração prestada pelo Ministério Público, as providências policiais teriam não somente o embasamento legal, como também a probabilidade de tornar a repressão mais atuante, de modo a afastar do convívio da comunidade as mulheres que insistem em fazer da prostituição pública um meio de vida. [...]. Também seria providencial a atuação da Secretaria do Trabalho e da Assistência Social para contribuir na ação de pressão à vadiagem, pois diversos casos são frutos de inadaptabilidade social ao trabalho honesto ou ausência de mercado de trabalho, dificultando enormemente que muitas mulheres possam adaptar-se ao labor lícito e integrar devidamente a família e a comunidade (PCPR, Delegacia de Costume, 1973, p. 04 e 05).

Em 1976, o delegado que assume a titularidade da delegacia de costumes emite um relatório que coloca em questão, justamente, a eficácia dos esforços de extermínio e de eliminação do *trottoir* malicioso, nos seguintes termos que vale a pena transcrever abaixo:

A preocupação do signatário ao assumir a Delegacia de Costumes, foi a de cumprir rigorosamente os deveres de ofício entrando num campo que se interliga profundamente ao problema social. Há 14 anos, este Delegado, concluiu na Universidade Católica o curso de Sociologia, e a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos, dirigiram-se [*sic*] sempre neste complexo social que é o mister policial; jamais, entretanto, de forma específica teve oportunidade de penetrar diretamente no problema social mais palpitante que envolve e se arrasta nas atribuições da Delegacia de Costumes. Exterminar o “trottoir” seria utópico; controlá-lo [*sic*] é possível; acabar os prostíbulos seria provocar a prostituição pública; exterminar os hotéis de alta-rotatividade seria transportar a procura ao sexo para oscarros e locais particulares. Entretanto, utilizando o poder de polícia poder-se-á controlar sem prejuízo à moral e aos bons costumes. Foi possível através de uma ação conjugada, conseguir e praticamente eliminar o trottoir, resolver os problemas de estupro e de forma natural, atender a todos os casos surgidos (PCPR, Delegacia de Costume, 1976, p. 01 e 02).

O discurso da impossibilidade da polícia de exterminar o *trottoir*, prostíbulos e hotéis, visto a complexidade do problema social que o olhar sociológico conferiu ao delegado, acaba, neste relatório, ao final das contas, no paradoxo simplista e na naturalização de um poder de polícia que teria conseguido praticamente eliminar o *trottoir* sem causar prejuízo a um modelo ideal de moral e dos bons costumes. Apesar do paradoxo, trata-se de um relatório que já prefigura e sinaliza uma mudança de orientação da delegacia de costumes a qual pode se inscrever no contexto mais amplo de abertura política e de contestação cultural, por parte de mulheres e minorias políticas, que se nota desde meados da década de 1970. Segundo Renan Quinalha, desde este período mudanças significativas vão ocorrer em um espectro social mais amplo que vão ter o condão de mudar e influenciar uma renovação da mirada opressiva da ditadura, quando:

A questão da homossexualidade deixa “de ser apenas uma prática sexual repulsiva e passa a ser um movimento social de contestação da ordem e da reivindicação de igualdade e direitos, colocou em questão as estruturas autoritárias e excludentes do regime (QUINALHA, 2018, p. 37).

A ascensão de movimentos sindicais, estudantis e identitários, a reorganização da sociedade civil, as mudanças nos padrões de consumo e do mercado do sexo, o crescimento dos procedimentos estéticos e de contraceptivos etc., caracterizam os últimos anos da década de 1970 no sentido da subversão dos princípios dominantes e tradicionais (MACRAE, 2018). Estes fatores podem ter contribuído para algumas mudanças que notamos na produção dos relatórios elaborados pela delegacia de costumes a partir do ano de 1977, no que se referem, sobretudo, à opressão ao “*trottoir* malicioso” e a

criminalização da vadiagem, assinalando uma reorientação do trabalho policial da delegacia de costumes:

	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Sedução	430	358	341	135	30	85	81	47
Estupro	194	203	222	64	64	43	38	57
Atentado ao Pudor	175	234	138	28	46	30	8	9
Rapto consensual	97	24	20	17	0	1	4	2
Corrupção de menores	24	31	30	16	6	18	33	8
Atos Obscenos	31	19	16	21	2	1	0	3
Adultério	26	31	28	3	6	8	6	2
Curandeirismo	5	2	1	0	0	0	0	0
Charlatanismo	1	0	0	3	0	0	1	0
Trottoir Malicioso	1345	341	114	0	0	0	0	0
Rufianismo	10	2	2	0	0	0	0	0
Lenocínio	13	4	3	1	0	0	0	0
Favorecimento prostituição	4	43	39	5	7	10	5	4
Vadiagem	4505	3570	2919	2833	2957	3937	2543	3027
Mendicância	3	5	0	0	1	0	0	0
Embriagues	118	86	43	0	16	0	0	0
Desordens	230	493	661	0	379	379	0	1
Bigamia	4	2	2	3	1	3	0	0
Crimes contra a família	27	0	0	0	3	1	0	2

Fonte: (PCPR, Delegacia de Costumes. Relatórios 1976/1983)

Estes relatórios, produzidos a partir de 1977, sinalizam a hipótese de uma reorientação do controle, da vigilância e da opressão moral e sexual por parte da delegacia de costumes, no contexto de abertura e de contundentes contestações identitárias que marcam o final desta década. A partir deste período, desaparecem dos relatórios as estatísticas de homens e de mulheres, bem como os dados relativos à detenção das mulheres pela prática do “trottoir”, das emissões das carteirinhas de bailarina para mulheres de boate, dados dos fichários, dentre outras informações. No seu lugar, privilegiam-se dados sobre a delegacia, pessoal e material, ao mesmo tempo em que se começam a produzir estatísticas mais gerais, tais como agrupadas na tabela 3 *supra*.

Da análise desta tabela, podemos chegar a algumas constatações e levantar algumas hipóteses de trabalho que merecem um aprofundamento: se ainda notamos nos relatórios dos anos de 1977 e 1978 registros da opressão de mulheres e travestis pela qualificação do “trottoir”, é curioso observar que, a partir de 1979, as estatísticas zeram; ao mesmo

tempo em que a criminalização da vadiagem vai conhecer uma expressividade significativa que não se nota nos relatórios anteriores (*vide* tabelas 1 e 2). Neste sentido, será que houve o abrandamento da opressão policial nos *trottoirs* e nos espaços públicos no final da década de 1970 em Curitiba? Ou, ao contrário, tratou-se mais de uma mudança na qualificação legal e na criminalização até então operada pela delegacia em prol da contravenção da vadiagem, como já sugeria que fosse o caso o delegado titular da delegacia de costumes no seu relatório de 1973?

Nossa hipótese é na articulação desses elementos. Isto é, de um lado, no abrandamento da opressão moral e sexual nos *trottoirs* da capital paranaense em razão das lutas e das resistências em curso na sociedade; de outro lado, pela reconfiguração da opressão exercida pela delegacia de costumes através da contravenção da vadiagem, dando “nova” forma e conteúdo à política de opressão sexual e moral da ditadura em seu projeto de normalização e de moralização, assegurando com isso a continuidade de um padrão de opressão através de outra qualificação jurídica: vadiagem (“vadias”). São questões que merecem um aprofundamento posterior, em consonância com o avanço da pesquisa.

No entanto, se há um ponto no qual o delegado titular da delegacia de costumes parecia estar certo, no seu relatório de 1976, é de que a opressão policial, moral e sexual não é capaz de exterminar o “*trottoir*”, prostíbulos, hotéis ... e as diversas formas de identidade, de sexualidade e de sociabilidade afetiva que se desenvolvem e se combinam num contexto social e cultural mais amplo de mobilidade e fluidez, caracterizado pela afirmação das diferenças, mesmo dentro das diferenças, pela subversão cultural e por novas formas de ser, de ter e de fazer, vistas como formas de lutas e de resistências. Como assinala Renan Quinalha, a ambiguidade fundamental reside, justamente, no fato de que “boates, bares, espaços de pregação e sociabilidade entre homossexuais cresciam e conviviam proporcionalmente à repressão do Estado” (QUINALHA, 2018, p.36). Assim, no contexto de pânico moral, a despatologização e descriminalização vão acompanhar o crescente processo de politização da identidade (MISKOLCI, 2007, p. 106), com repercussões na esfera do controle, da vigilância e da opressão moral e sexual.

Considerações finais

Baseando na análise exploratória dos relatórios produzidos pela Polícia Civil entre os anos de 1969 e 1983, assim como na revisão bibliográfica, este trabalho buscou analisar alguns aspectos do controle, da vigilância e da opressão da política moral e sexual

exercida pela delegacia de costumes de Curitiba, durante a ditadura “hetero”- militar, entre os anos de 1969 e 1983, no contexto marcado pelo pânico moral e pela imposição de valores religiosos, familiares, patrióticos e heteronormativos que o regime militar “encarnava” autoritariamente. Trata-se de uma análise que acabou privilegiando as dimensões de sexo, desejo e gênero em articulação com os mecanismos de opressão e controle das sexualidades que foram empregados contra “grupos moralmente e sexualmente indesejáveis”. Dessa forma, a retórica da moral e dos bons costumes se coloca como um elemento importante para a compreensão e a ordenação do regime militar no Brasil, alicerçado aos ideais de segurança nacional.

Ordem social, moral e política se imbricam no controle, vigilância e opressão política e sexual do regime militar em relação aos corpos, desejos e sexualidades, fazendo de mulheres, lésbicas, *gays* e travestis alvos preferenciais desse controle, materializados em grande extensão nas práticas de identificação, controle e exclusão operadas pela delegacia de costumes nos espaços públicos, casas noturnas e “*trottoirs*” da cidade. Inscrevendo-se na retórica da moral e dos bons costumes, a cruzada moral e opressiva conduzida pela delegacia de costumes vai se configurar como um mecanismo essencial de controle, de vigilância e de opressão operado na cidade de Curitiba, entre os anos de 1969 e 1983. Agindo nas interfaces do controle, da vigilância e da opressão dos corpos, desejos, afetos e sexualidades, os dados coletados sugerem uma atuação constante da delegacia de costumes na identificação, controle e detenção de dissidências sexuais, em nome da moral e dos bons costumes, durante todo o período ditatorial.

Contudo, uma reorientação do trabalho policial da delegacia de costume no final dos anos de 1970 parece ter se operado, passando da repressão ao *trottoir* à repressão à vadiagem. Significa um abrandamento da opressão moral e sexual, resultado das lutas e resistências, ou de uma simples reconfiguração da opressão que se operou no interior da delegacia de costumes, assegurando com a qualificação da vadiagem a continuidade de um padrão de opressão moral e sexual? Trata-se de uma questão que pretendemos perseguir na sequência desta pesquisa. De um lado, ampliando o espectro da nossa análise para compreender as práticas de controle, de vigilância e de opressão que foram empregadas em todo o estado do Paraná pelas mais diversas delegacias da polícia civil entre 1969 e 1983. De outro lado, pelo aprofundamento da compreensão sobre os movimentos sociais de luta e de resistência que vão marcar a sociedade brasileira nos últimos anos do período militar, com reflexos nestas práticas opressivas.

Neste cenário, pensamos então que é na articulação e no diálogo entre pesquisas envolvendo as mais diversas formas de controle, vigilância e opressão empregadas pelo

Estado, especialmente em períodos de pânico moral, e as mais diversas formas de luta e de resistência, por parte dos grupos sociais e movimentos sociais organizados, que se projeta uma perspectiva de melhor compreensão dos dados que apresentamos neste trabalho. Em particular, pensamos para a sequência deste trabalho nas contribuições das teorias *queer* no projeto de explicitar as diversas formas pelas quais minorias étnico-raciais, de gênero e sexuais vivenciam “a diferença que tornam potente o fato de que, ainda que sejam mais ou menos relacionadas, cada diferença denota uma forma particular de opressão” (MISKOLCI, 2017, p. 1).

Referências

COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics*. New York: Routledge, 2009.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In, GREEN, James N.; QUINALHA, Renan.; CAETANO, Márcio. e FERNANDES, Marisa. *In História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 39-62.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento *gay*. In, *Cadernos Pagu*, número 28, 2007, p. 101-128. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644798>. Acesso em 28/12/2021.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In, *Anais do 16º COLE*, Unicamp, 10 a 13 de julho de 2017. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais16/. Acesso em 28/12/2021.

OCANHA, Rafael Freitas. “*Amor, Feijão, Abaixo Camburão*”: Imprensa, Violência e Trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação de mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014. Disponível em <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12830>. Acesso em 29/12/2021.

POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ. Relatórios da Delegacia de Costumes 1969-1983. *Relatórios da Polícia Civil do Paraná 1969-1983*.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In, GREEN, James N.; QUINALHA, Renan.; CAETANO, Márcio. e FERNANDES, Marisa. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 15-38.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In, ABELOVE, Henri; BARALE, Michèle Aina; HALPERIN, David M. (eds.). *The lesbian and gay studies reader*. New York: Routledge, 1993, p. 3-44.

SOUSA, Nomager Fabíolo Nunes de. *Desejo clandestino: o trânsito por corpos e espaços homoeróticos no Recife em Orgia de Tulio Carella*. Dissertação de mestrado apresentada na UFPE como requisito para a obtenção do grau de mestre em Letras, Recife, 2021. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/41406>. Acesso em 30/12/2021.

Resumo: Tomando como ponto de partida o conceito de pânico moral, tal como formulado originariamente por Stanley Cohen e desenvolvido por Richard Miskolci, referente aos debates sobre o casamento gay no Brasil, esta proposta de comunicação aborda a política de controle, de vigilância e de opressão sexual e moral em Curitiba durante os anos da ditadura militar, exercida contra grupos e sexualidades dissidentes, a partir de levantamento dos dados estatísticos e da análise dos relatórios anuais produzidos pela Delegacia de Costumes, entre os anos de 1969 e 1983. Trata-se de um aspecto ainda pouco explorado e documentado pela literatura científica e historiográfica, não apenas em razão da dificuldade de acesso aos dados de repressão produzidos neste período, como também pelo fato de que as questões da sexualidade e da opressão sexual ficaram na margem das pesquisas sobre o período militar. Agindo nas interfaces do controle, da vigilância e da opressão dos corpos, desejos, afetos e sexualidades, os dados coletados sugerem uma atuação constante da delegacia de costumes na identificação, controle e detenção de dissidências sexuais, em nome da moral e dos bons costumes, durante todo o período ditatorial. Contudo, uma reorientação do trabalho policial da delegacia de costumes no final dos anos de 1970 parece ter se operado, passando da repressão ao *trottoir* à repressão à vadiagem.

Palavras-Chaves: Pânico Moral; Ditadura Militar Brasileira (1964/1985); Controle, vigilância e opressão sexual; Pesquisa Documental; Relatórios da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Abstract: Taking as a starting point the concept of moral panic, as originally formulated by Stanley Cohen and developed by Richard Miskolci, regarding the debates on gay marriage in Brazil, this paper proposal addresses the policy of control, surveillance and sexual and moral oppression in Curitiba during the years of military dictatorship, exercised against dissident groups and sexualities, from a survey of statistical data and analysis of the annual reports produced by the behavior police unit between the years 1969 and 1983. This is an aspect still little explored and documented by the scientific and historiographical literature, not only because of the difficulty of access to the data on repression produced in this period, but also because the questions of sexuality and sexual oppression remain on the margin of research on the military period. Acting in the interfaces of control, surveillance and oppression of bodies, desires, affections and sexualities, the data collected suggest a constant action of the customs police in the identification, control and detention of sexual dissidence, in the name of morality and good manners, during the entire dictatorial period. However, a reorientation of the police work of the behavior police station in the late 1970s seems to have taken place, changing from repression of *trottoir* to repression of vagrancy.

Keywords: Moral Panic; Brazilian Military Dictatorship (1964/1985); Control, surveillance and sexual oppression; Documentary Research; Reports of the Civil Police of the State of Paraná.

* Recebido em: 12/08/2022

* Aceito em: 20/11/2022

A ACUMULAÇÃO INTEGRAL E A DINÂMICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Nildo Viana*

O capitalismo pode ser compreendido como modo de produção ou como sociedade. No primeiro caso, trata-se do modo de produção capitalista e, no segundo, trata-se da sociedade capitalista. A sociedade capitalista não engloba apenas o modo de produção capitalista, mas também as formas sociais derivadas, que Marx denominou, metaforicamente, como “superestrutura”, bem como modos de produção subordinados. Assim, a sociedade capitalista é um termo mais amplo que traz no seu interior um conjunto de relações sociais, incluindo o modo de produção capitalista, as formas sociais e os modos de produção subordinados.

O nosso objetivo aqui é analisar o capital na contemporaneidade. Entenda-se por capital uma “relação social” (MARX, 1988), embora tal termo possua outros significados, tanto na concepção marxista quando em outras abordagens (econômicas, sociológicas, entre outras). O capital não é qualquer relação social e sim relações sociais específicas, que são as relações de produção capitalistas. Logo, o nosso foco de análise é o modo de produção capitalista, constituído pelas relações de produção capitalistas e forças produtivas.

No entanto, não é possível compreender o modo de produção capitalista de forma isolada, pois ele não só gera formas sociais fundamentais para a sua reprodução, como o aparato estatal, as formas jurídicas, instituições, a produção e reprodução cultural, como também é determinado por elas. Sem dúvida, o modo de produção capitalista é a determinação fundamental da sociedade, mas as formas sociais são parte da realidade e também atuam sobre ele. Esse é um processo complexo, no qual se concebe o real como algo concreto, “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1983) e, que, portanto, é uma totalidade na qual as partes se relacionam e se determinam, apesar de existir uma determinação que é fundamental (VIANA, 2007), que é justamente o modo de produção capitalista. Assim, o nosso foco é o modo de produção capitalista, mas abordaremos, brevemente, outros aspectos da sociedade capitalista que é importante para compreendê-lo.

A nossa análise do modo de produção capitalista, no entanto, não visa reconstituir seus elementos constitutivos e sim sua historicidade e, principalmente, sua manifestação

* Doutor em Sociologia/UNB e professor na Faculdade de Ciências Sociais/UFG.

contemporânea. O objetivo da análise é entender o modo de produção capitalista hoje. Por isso nosso trajeto será analisar as mutações formais do modo de produção capitalista e para isso abordaremos os regimes de acumulação, que expressam a sua historicidade. Num segundo momento, analisaremos o regime de acumulação integral, a forma atual do modo de produção capitalista, e seu desenvolvimento histórico. Um elemento que vai além do regime de acumulação integral, mas que é importante para compreendê-lo, é a renovação hegemônica que ocorre a partir de sua instauração, o que será abordado brevemente. Por fim, trataremos do seu processo recente de desestabilização e suas tendências.

Regimes de Acumulação e Desenvolvimento Capitalista

O modo de produção capitalista não é estático, ele é histórico, como tudo que existe. A categoria de historicidade é fundamental para a compreensão da realidade. A historicidade pode ser marcada pela permanência ou pela ruptura. A historicidade, quando manifesta uma permanência, pode ser sob a forma de estagnação ou evolução. Quando é marcada pela ruptura, significa transformação, revolução. O modo de produção capitalista possui uma historicidade marcada pela permanência e pela tendência para a transformação devido suas contradições internas e desafios externos. Porém, os elementos constitutivos e fundamentais do modo de produção capitalista continuam existindo e se reproduzindo. A essência do modo de produção capitalista se encontra nas relações de produção capitalistas. Estas são caracterizadas pela produção de mais-valor, gerando o capital e a acumulação de capital. A produção de mais-valor, por sua vez, continua existindo, assim como as classes constituídas nessa relação, a burguesia e o proletariado, bem como as relações de distribuição, o chamado “mercado”, entre outros elementos.

Desta forma, o modo de produção capitalista parece estático, sem mudanças. No entanto, ele muda. É preciso entender que ao mesmo tempo que ele permanece, ele muda. Para compreender isso é necessário superar as antinomias do pensamento burguês (VIANA, 2019), no sentido de não se limitar à antinomia entre “continuidade” e “descontinuidade”, pois ambos, na realidade concreta, podem coexistir, bem como se suceder ou apenas um se manifestar. Para entender esse processo, as categorias filosóficas de Hegel, assimiladas e desenvolvidas por Marx, de essência, existência e aparência, são fundamentais. No caso do modo de produção capitalista, o que permanece é sua essência, seus elementos constitutivos e que o caracterizam, e o que muda é a sua forma, sua existência, manifestação concreta histórica e particular (as diferenças nacionais, por

exemplo). Isso significa que é uma mutação formal que convive com a conservação do seu conteúdo. O modo de produção capitalista altera sua forma, sua manifestação existencial, e reproduz a sua essência. No plano da consciência imediata, não-refletida (ou dominada por concepções ideológicas) isso não é perceptível, e por isso o mais comum é ficar no “reino das aparências” e, assim, pensar em mudanças constantes e essências que inexistem. Por isso é fundamental entender as mutações do modo de produção capitalista, que marcam a história do capitalismo. O desenvolvimento capitalista é marcado pelas mutações formais do modo de produção capitalista.

É nesse contexto que ganha importância o conceito de regimes de acumulação, pois ele permite a compreensão da historicidade do capitalismo. O conceito de regime de acumulação teve sua origem na produção intelectual de diversos pensadores. A chamada “escola da regulação” (LIPIETZ, 1988) foi a primeira a desenvolver de forma mais sistemática essa ideia, e alguns pesquisadores passaram a trabalhar com tal termo, com ou sem alterações, visando analisar o desenvolvimento histórico do capitalismo (HARVEY, 1992; BENAKOUCHE, 1980). Porém, não é nosso objetivo realizar uma arqueologia desse conceito, mas apenas assimilá-lo formalmente atribuindo a ele um novo significado (VIANA, 2009; VIANA, 2015; VIANA, 2016).

O conceito de regime de acumulação mais adequado é aquele que o compreende a partir da ideia de luta de classes. Para compreender a mutação formal do modo de produção capitalista é necessário entender sua essência. A essência do modo de produção capitalista é a produção de mais-valor. O processo de produção de mais-valor é uma relação de classe, fundada na exploração. O proletariado produz um excedente além do necessário para garantir o equivalente ao seu salário e repasse do valor dos meios de produção, que, uma vez produzido, é apropriado pela classe capitalista. Esse processo de exploração tem como consequência a acumulação de capital. A razão disso, tal como foi explicado por Marx (1988), é que o capitalista, ao obter o lucro, o utiliza em parte como renda (seu consumo pessoal) e parte como capital, que é reinvestido, gerando a reprodução ampliada de capital¹.

¹ Obviamente que aqui temos uma síntese extremamente breve focalizando os aspectos essenciais do modo de produção capitalista, que envolve diversos outros elementos que não poderemos abordar aqui, tais como a questão da mercadoria, do valor de uso, valor de troca, trabalho assalariado, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, mais-valor relativo, mais-valor absoluto, entre dezenas de outros conceitos que expressam a realidade desse modo de produção. A análise clássica do modo de produção capitalista é a obra de Marx (1988) e é suficiente recorrer a ela para ter uma compreensão mais profunda desse fenômeno. Aqui, em uma ou outra passagem, teremos que lançar mão de alguns conceitos que não sintetizamos aqui, mas que podem ser consultados na obra do autor de *O Capital*.

A dinâmica da reprodução ampliada do capital, por sua vez, gera o processo no qual ocorre um crescente processo de centralização e concentração de capital, gerando, os oligopólios. Esses elementos mostram o caráter universalizante e expansionista do modo de produção capitalista. O capital só pode subsistir se ampliando constante e indefinidamente. Por isso ele invade o conjunto das relações sociais, mercantilizando tudo, bem como se expande espacialmente (emergiu na Europa e se alastrou por todos os recantos do planeta). E isso não ocorre sem contradições, sem processos complementares, entre outros aspectos. Cabe destacar aqui apenas dois desses elementos que serão importantes para a continuidade de nossa reflexão: a tendência declinante da taxa de lucro e o significado do Estado capitalista nesse processo de reprodução do capital.

A tendência à queda da taxa de lucro é derivada da composição orgânica do capital e traz também contratendências (MARX, 1988). A composição orgânica do capital expressa o *quantum* de força de trabalho, trabalho vivo, e capital fixo (meios de produção), trabalho morto, que entra no processo de produção. Quanto mais se desenvolve o capitalismo e a tecnologia, maior é a proporção de capital, trabalho morto, em detrimento do uso da força de trabalho, trabalho vivo. Tendo em vista que o gerador de mais-valor é a força de trabalho, então a taxa de lucro tende a cair, visto que o capital fixo não gera um novo valor, apenas repassa o seu valor às mercadorias.

Neste contexto, o Estado capitalista possui uma tarefa fundamental para garantir a reprodução do capital, que é sempre ampliada e necessita ser dessa forma. O capital só sobrevive se ampliando e a manutenção do capitalismo significa a manutenção da sua reprodução ampliada. A chamada “escola derivacionista” contribuiu ao analisar a relação entre modo de produção capitalista e Estado, colocando este como derivado daquele (SALAMA; MATHIAS, 1981; HIRSCH, 1990). O aparato estatal é fundamental para a acumulação capitalista, pois ele permite o investimento onde os capitais privados não consideram lucrativo, fornece infraestrutura, coordena a economia em geral (política financeira, industrial, etc.), bem como é o principal agente no combate à tendência declinante da taxa de lucro (VIANA, 2015).

O caráter universalizante do modo de produção capitalista é explicado por uma outra necessidade para a sua reprodução: a invasão de todas as relações sociais (universalização) através da mercantilização e tudo que lhe acompanha. A mercantilização das relações sociais gera um processo de transformação de tudo em mercadoria ou mercancia. O modo de produção capitalista, em seu estágio inicial, se voltava principalmente para a produção de roupas, meios de produção, entre outros bens

materiais, e, com o passar do tempo assumiu a produção de móveis residenciais, aparelhos eletrodomésticos (GRANOU, 1974) e, posteriormente, ampliou com produtos tecnológicos (rádio, TV, automóvel) até chegar contemporaneamente com os modernos computadores, celulares, etc. A produção alimentar, por sua vez, se torna cada vez mais capitalista, gerando uma redução quantitativa drástica do campesinato e da pequena propriedade. Porém, ela também gera um processo de criação de mercancias, que significa a transformação de bens culturais e coletivos não produzidos no âmbito das relações de produção capitalistas e sim das relações de reprodução (relações de distribuição, ou seja, mercado) e formas sociais (“superestrutura”), ganhando valor de troca. Esse é o caso da produção artística, serviços, entre outros processos².

A expansão do modo de produção capitalista traz a questão da constituição do capitalismo mundial. A acumulação primitiva de capital foi alavancada pelo colonialismo, bem como o neocolonialismo e as formas do imperialismo que lhe sucederam foram fundamentais para o prosseguimento da acumulação capitalista, porquanto não apenas permitia a reprodução ampliada com a ampliação do mercado consumidor e fontes de matérias-primas, como também possibilitava uma nova escalada de exploração, a internacional, que se revelava, no final, um aumento da exploração do proletariado nos países de capitalismo subordinado. A transferência de mais-valor dos países capitalistas subordinados para os países capitalistas imperialistas se tornou um dos principais sustentáculos da acumulação capitalista.

Após esta breve discussão sobre a acumulação capitalista, podemos retomar a questão do regime de acumulação. O processo de acumulação de capital possui como elementos fundamentais a produção de mais-valor, que é a relação entre a classe operária e a classe capitalista no processo de produção de bens materiais, a ação estatal que permite a reprodução dessa relação e as condições para a acumulação capitalista e, por último, as relações internacionais. Nesse sentido, um determinado estágio da acumulação capitalista, que reveste uma forma específica de exploração do proletariado, significa uma mutação nas relações de trabalho (fundamentalmente no processo de valorização), no aparato estatal (que não só cria as condições internas de uma nação para a acumulação,

² Sem dúvida, há um entrelaçamento entre produção de mercadorias e consumação de mercancias. Por exemplo, enquanto uma música pode ser mercancia, através dos direitos autorais, ela, quando materializada num suporte tecnológico (desde o disco vinil até os CDs e outros mais contemporâneos) se torna parte componente de uma mercadoria, que é um bem material produzido no âmbito das relações de produção capitalistas. Nesse caso, a produção de um CDs, por exemplo, requer relações de trabalho capitalistas e proletários para produzi-los, enquanto uma música sem suporte material não. Uma discussão sobre o conceito de mercancia pode ser vista em Viana (2018).

mas também é o responsável pela regularização jurídica das mudanças no processo de trabalho e nas relações internacionais), na exploração internacional. O que é perceptível, nesse caso, é que em todos estes elementos se revela o processo de exploração. A classe capitalista impõe reformulação no processo de exploração via aparato estatal e relações internacionais, gerando um aumento na extração de mais-valor. Isso significa que um regime de acumulação é caracterizado por uma determinada correlação de forças entre as classes sociais (especialmente as fundamentais, burguesia e proletariado) que se estabiliza num determinado momento do desenvolvimento capitalista.

Logo, ao contrário das concepções economicistas, um regime de acumulação só pode ser entendido como determinado estágio da luta de classes. Em grandes linhas, podemos apontar a história do capitalismo como a sucessão de regimes de acumulação (VIANA, 2009; ORIO, 2020). Esses regimes de acumulação foram o extensivo (período da revolução industrial), o intensivo (de meados do século 19 até 1945), o conjugado (de 1945 até aproximadamente 1980) e o integral, que é o atual e emergiu nos anos 1980 em alguns países e se espalhou pelo mundo posteriormente (VIANA, 2009; VIANA, 2015). Além desses dois regimes de acumulação, emergiram dois outros, o regime de acumulação bélico durante o nazifascismo na Alemanha e Itália, de curta duração, e o regime de acumulação estatal, na antiga URSS e países do chamado “bloco socialista”, no fundo, um capitalismo estatal (VIANA, 2019). Assim, a sucessão de formas assumidas pela organização do trabalho, aparato estatal e relações internacionais apontam para essa sucessão de regimes de acumulação³.

O regime de acumulação integral

O nosso foco aqui é o atual regime de acumulação, pois é ele que nos permite entender o capitalismo contemporâneo. A sua gênese remonta a crise do regime de acumulação conjugado e o seu processo de constituição. Não poderemos desenvolver uma

³ Não será possível, por questão de espaço, desenvolver esses elementos, mas podemos sintetizar da seguinte forma: regime de acumulação extensivo (estado liberal, extensividade como forma de organização do trabalho, neocolonialismo), regime de acumulação intensivo (estado liberal-democrático, taylorismo, imperialismo financeiro), regime de acumulação conjugado (estado integracionista, mais conhecido como “Welfare State”, fordismo, imperialismo oligopolista transnacional), regime de acumulação integral (estado neoliberal, toyotismo, hiperimperialismo). Sem dúvida, cada um desses elementos mereceria uma longa reflexão, a qual não poderemos fazer. Seria necessário tanto análises históricas quanto esclarecimentos conceituais, bem como alertar da complexidade desse processo, tal como a coexistência desses elementos e a hegemonia de um deles e não simplesmente inexistência, tal como no caso do neocolonialismo ou fordismo, que não deixaram de existir e sim de serem hegemônicos, cuja duração da subsistência varia. Esses aspectos foram desenvolvidos em outras obras (VIANA, 2009; VIANA, 2015; ALMEIDA, 2020; BRAGA, 2018; VIANA, 2019).

análise mais ampla desse processo, mas tão somente apontar as linhas gerais de seu desenvolvimento.

O regime de acumulação conjugado emergiu a partir dos escombros da Segunda Guerra Mundial e a divisão do mundo em duas grandes potências, os EUA e a antiga URSS. Nesse contexto, o novo regime de acumulação consegue se consolidar e manter sua estabilidade até meados dos anos 1960. Porém, no fim dessa década, a crise se instaura. Ela tem dois elementos. O rápido processo de acumulação de capital gerou um desenvolvimento tecnológico veloz que, no final os anos 1960 gera um declínio da taxa de lucro (HARVEY, 1992; BEAUD, 1987). Essa situação impulsiona processos sociais que eram marginalizados, mas ganham novo espaço, tal como a cultura contestadora que se fortalece e, mais no final da década eclode com força lutas estudantis e operárias, bem como a radicalização de alguns movimentos sociais. O momento mais radical e que foi o momento de crise mais profunda do regime de acumulação integral foi durante o Maio de 1968 na França, no qual a luta estudantil que clamava pela autogestão foi acompanhada pela maior greve da história da França, com mais de dez milhões de operários parados e ações proletárias, incluindo a criação de conselhos de fábrica.

Essas lutas foram derrotadas, apesar de subsistir ainda outras ações radicais (a greve na LIP, na França, nos anos posteriores, a Revolução Portuguesa, em 1974, etc.). Os anos 1970 foram marcados pela transição do regime de acumulação conjugado para o regime de acumulação integral. As mudanças culturais se expressam através de uma renovação do leninismo na Europa, bem como a emergência do marxismo autogestionário, acompanhados pela geração do paradigma subjetivista e ideologias correspondentes, como o pós-estruturalismo⁴. Assim, a busca de alternativas no âmbito das relações de trabalho se consolida com a chamada reestruturação produtiva que avança nos anos 1980, com a adoção do toyotismo e outros processos de mutações no âmbito da produção, acompanhadas pela mutação estatal com o surgimento do neoliberalismo como forma hegemônica de organização estatal.

O neoliberalismo surge com os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan e se espalham pelo mundo posteriormente. O hiperimperialismo que acompanha esse processo aponta para a intensificação da exploração internacional, envolvendo processos como acordo comerciais de livre comércio, como a Alca, intensificação da exploração dos trabalhadores do capitalismo subordinado (gerador de um maior *quantum* de

⁴ Nesse período se iniciou uma contrarrevolução cultural preventiva (VIANA, 2009) que culminou com a emergência e hegemonia do paradigma subjetivista (VIANA, 2019).

transferência de mais-valor para os países capitalistas imperialistas), entre outros processos.

Por conseguinte, o regime de acumulação integral marca a nova fase do capitalismo mundial. A mutação nas relações de trabalho significa uma busca de aumento da taxa de exploração através da combinação de extração de mais-valor relativo e mais-valor absoluto, aumento da produtividade sob a forma toyotista, terceirização, precarização e corrosão dos direitos trabalhistas. A tecnologia é utilizada nesse processo de forma ampla, bem como o controle do processo de trabalho ganha este poderoso aliado. O sistema de luzes, kan-ban, just-in-time, vídeo-vigilância, aliados com um suposto “participacionismo” dos trabalhadores, tal como o CQQ – Círculos de Controle de Qualidade, a pluriespecialização, entre outros aspectos, são partes desse processo. Assim, a estratégia do capital é aumentar a extração de mais-valor, seja o mais-valor relativo através do aumento de produtividade, seja o mais-valor absoluto, com o processo de terceirização e corrosão dos direitos trabalhistas, permitindo um aumento da jornada de trabalho e outros processos similares.

O Estado neoliberal é fundamental nesse processo, pois regulariza essas novas relações de trabalho e ainda segue uma política financeira que busca o controle da inflação, da dívida pública, entre outros processos, aliados com uma política de contenção dos gastos estatais (especialmente com a diminuição dos gastos com políticas de assistência social) e uma mais intensa política de repressão. Esses processos podem ser vistos nas mudanças institucionais e jurídicas, bem como na nova política financeira, dominada pelo monetarismo. A excessiva preocupação com a moeda, a inflação, controle da taxa de juros, entre outros processos, visam garantir estabilidade financeira, cortes dos gastos estatais, o que significa uma rearticulação que redireciona a repartição da renda estatal. Nesse contexto, o Estado neoliberal desmantela as diretrizes do Estado integracionista, especialmente o intervencionismo estatal na economia e as políticas de “bem-estar social”.

A convivência de aumento da taxa de exploração, precarização do trabalho, e processos correlatos, com diminuição de políticas sociais, significa um aumento da pobreza, criminalidade e violência. Esse processo gera a necessidade de um aparato estatal mais repressivo, ou, como diziam alguns ideólogos, “mínimo” (em políticas sociais) e “forte” (em repressão) (BOBBIO, 1988). Nesse momento, emerge uma outra face do neoliberalismo: um Estado “forte”, altamente repressivo, ou, segundo expressão

do sociólogo Löic Wacquant, um “Estado penal”. A política de tolerância zero emerge nesse contexto em Nova Iorque e se espalha pelo mundo (WACQUANT, 2001)⁵.

O Estado neoliberal no capitalismo subordinado passou a seguir a diretriz do “livre mercado”, enquanto que o dos países imperialistas apontavam para o protecionismo. A crise do regime de acumulação conjugado gerou novas necessidades para o capital e este reagiu no sentido de criar as condições para a recuperação da acumulação capitalista. O hiperimperialismo, que doravante passa a ter os Estados Unidos como o grande timoneiro sem um rival à altura, com a crise do capitalismo estatal na URSS, intensifica a superexploração internacional, tal como ocorreu no México com a ALCA (e não sem razão que emergiram nesse país as lutas sociais em Chiapas e, posteriormente, a Comuna de Oaxaca), bem como as invasões militares e outros processos.

Em síntese, o regime de acumulação integral conseguiu garantir o retorno da estabilidade capitalista, ameaçada no final dos anos 1960 e com dificuldades nos anos 1970. Os anos 1980 foram marcados por um aumento drástico da exploração e sendo perpassados por conflitos, sendo que apenas na década seguinte é que uma nova estabilidade se estabeleceu. Essa nova fase do capitalismo não foi bem compreendida e somente com o passar do tempo algumas análises começaram a produzir uma percepção mais ampla do contexto. Isso, no entanto, foi algo marginal. E a razão disso se deveu a um outro obstáculo que emergiu: um novo paradigma dificultou – e ainda dificulta – a percepção da realidade do capitalismo contemporâneo.

Regime de acumulação integral e renovação hegemônica

O regime de acumulação integral gera uma profunda mutação cultural no capitalismo. Os germens dessa mutação remetem à derrota do Maio de 1968. Um ano após tal derrota os primeiros sintomas começam a emergir. É na França, local onde a luta foi mais radicalizada, que eles emergem de forma mais ampla e imediata. Em 1969, Jacques Le Goff assume a liderança da Escola dos Annales, influente tendência da historiografia mundial. Nesse momento, a historiografia passa a ser dominada pelo que

⁵ As mudanças sociais são acompanhadas por mudanças culturais. É justamente dessa época que emerge o crescimento de interesse pela temática da violência nos meios acadêmicos, bem como, no caso dos Estados Unidos, na produção artística em geral. As histórias em quadrinhos se tornam cada vez mais violentas. Isso pode ser visto na série American Flagg [Bandeira Americana], nas histórias de Batman, tal como *A Piada Mortal*, entre diversas outras. E, no cinema, entra em moda os “filmes de ação”, recheados de violência, com suas estrelas cinematográficas: Sylvester Stallone, Jean-Claude Van Damme, Arnold Schwarzenegger, entre outros. Na produção intelectual, a violência é naturalizada por uns, se transforma em “responsabilidade moral” ou individual, para outros, etc. No fundo, a violência é banalizada culturalmente para que seja aceita sua banalização real.

se chamou “história em migalhas” (DOSSE, 2003). Michel Foucault, antigo estruturalista, se aproxima brevemente do maoísmo esquerdista (que teve certa relevância durante o Maio de 1968 e foi além do maoísmo moderado, devido à chamada “Revolução Cultural Chinesa” e ao clima político francês) e depois adere ao pós-estruturalismo (MANDOSIO, 2011). Os antigos estruturalistas, em crise depois do retorno da história representado pelo Maio de 1968, se tornam, em sua maioria, “pós-estruturalistas”.

Esse processo pode ser melhor entendido se compreendermos o desenvolvimento capitalista e sua relação com as mudanças culturais. O modo de produção capitalista muda de forma, mas mantém seu conteúdo. Da mesma forma, a episteme burguesa mantém seu conteúdo e muda suas formas (VIANA, 2018). A episteme burguesa possui algumas características essenciais que assumem configurações específicas, enfatizando aspectos antes desprezados, gerando uma centralidade no que era periférico, etc. A cada regime de acumulação, a episteme burguesa assume uma forma específica que denominamos paradigma⁶. Os paradigmas são processos mentais subjacentes que rearticulam os elementos da episteme burguesa constituindo um modo de pensar geralmente não percebido pelos próprios produtores e reprodutores. Eles se tornam perceptíveis através de determinadas ideologias. Os paradigmas hegemônicos possuem uma ligação íntima com o regime de acumulação em cada época do capitalismo. Assim, no regime de acumulação extensivo houve o iluminismo (antes das revoluções burguesas) e o romantismo (pós-revolucionário), bem como no regime de acumulação intensivo o positivismo e, no regime de acumulação conjugado, o reprodutivismo⁷.

O que nos interessa aqui, no entanto, é o paradigma hegemônico no regime de acumulação integral. Esse regime de acumulação gera um retorno ao “liberalismo” num contexto de intensa e extensa oligopolização do capitalismo mundial. Ele não expressa

⁶ Edgar Morin (2001) e Thomas Kuhn (1991) apresentam uma concepção que tem pontos semelhantes, mas também há diferenças, pois nós inserimos o conceito de paradigma numa reflexão mais ampla sobre episteme burguesa, bem como apontamos o seu processo de constituição social e vínculo com os regimes de acumulação. A semelhança é mais na definição e em aspectos formais.

⁷ Esse vínculo se estabelece pelas necessidades do capital e tarefas econômicas e políticas da burguesia (e, por conseguinte, do aparato estatal) no sentido de reproduzir a acumulação capitalista. A necessidade da burguesia, num determinado momento, aponta para a estatização, tal como ocorreu no regime de acumulação conjugado e, noutro momento, para uma versão liberal, tal como existiu antes e depois deste regime de acumulação. As ideologias hegemônicas são vinculadas a tais necessidades e o holismo se vincula às concepções políticas estatistas (Estado integracionista, fascista, nazista, etc.) e o individualismo se vincula às concepções liberais (neoliberalismo, por exemplo). E isso se revela em outros planos das antinomias burguesas, tais como objetivismo/subjetivismo; iluminismo/romantismo, etc., embora possa haver mesclas e adaptações. Os paradigmas são processos mentais subjacentes, embora geralmente não-conscientes, mas podem assumir um maior grau de consciência, dependendo de qual paradigma se trata. Esse é o caso, por exemplo, do paradigma organicista, que, por ser mais pragmático e menos desenvolvido intelectualmente, se vinculava de forma mais explícita com o nazifascismo (VIANA, 2019).

um capitalismo livre-concorrencial, que é coisa do passado, e sim um capitalismo oligopolista mundial. O neoliberalismo tem como fundamentação ideológica o “livre mercado” e a liberdade individual, justificativas para as novas políticas estatais. A responsabilização da sociedade civil e dos indivíduos em âmbito de retirada de políticas de assistência social, gera uma legitimação e iniciativas variadas de substituição de ação estatal por ação civil. O individualismo assume importância nesse contexto, bem como a ideia de “empreendedorismo”, “empoderamento”, entre outras formas de responsabilizar os indivíduos ao mesmo tempo justificar a restrição da ação estatal. Isso gera um participacionismo neoliberal em substituição ao participacionismo integracionista⁸.

Assim, a ideia de sujeito, bem como de “subjetividade” ganham espaço e complementam esse processo. A ênfase no sujeito se torna fundamental, tanto no nível “cognitivo” quanto no político. O sujeito pode ser o indivíduo, como no neoliberalismo e neoindividualismo que emerge e se fortalece (com suas consequências: hedonismo, narcisismo exacerbado, etc.), um sujeito coletivo (tal como expresso na política de identidades) ou, ainda, “múltiplos sujeitos”. É isso que se observa em variadas ideologias e representações correspondentes ao novo paradigma, como o neoliberalismo, pós-estruturalismo, multiculturalismo, política de identidades, etc. Esse sujeito pode ser interpretado como aquele que faz “escolhas racionais” ou, o que é mais comum, uma “máquina desejanse” (GUATTARI, 1986). Elementos do romantismo são recuperados e Nietzsche se torna uma forte influência. A razão é criticada e em seu lugar aparece a ideia de subjetividade⁹.

Nesse contexto, há uma mutação cultural de grandes proporções. A questão da objetividade, da totalidade, entre outras, são abandonadas e substituídas pela centralidade do sujeito e subjetividade. Esse processo se torna poderoso, vai se alastrando pela sociedade, dominando os meios acadêmicos e intelectuais e chegando até os movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil. Sem dúvida, isso não ocorre sem uma política cultural que pode ser vista através da força dos organismos internacionais, com destaque para a UNESCO, mas também FMI, Banco Mundial, Fundações Internacionais (Ford, Rockefeller, etc.), institutos, aparatos estatais (VIANA, 2019). A recusa da

⁸ Jock Young (2002) percebe alguns aspectos desse processo. O interessante é a mudança de perspectiva em relação aos marginalizados pela sociedade capitalista. O Estado integracionista visava integrar os indivíduos e os grupos marginais na sociedade capitalista via adaptação destes e o Estado neoliberal visa inclui-los marginalmente através do reconhecimento das diferenças.

⁹ Uma análise mais desenvolvida e detalhada desse processo, com sua complexidade, pode ser vista em Viana (2019).

totalidade é uma característica fundamental do novo paradigma. A força do paradigma hegemônico o faz onipresente, dominando os setores oposicionistas da sociedade (leninismo, anarquismo, etc.). Poucos escapam de sua força avassaladora. E, assim, a realidade do regime de acumulação integral gera um novo paradigma e este o legitima e justifica (com suas ideologias e representações), bem como o reforça.

Sem dúvida, outras concepções e até paradigmas continuam existindo e com maior ou menor força, dependendo do país e do momento. O paradigma positivista ainda existe, embora marginalizado, assim como o reprodutivista. Algumas tendências oposicionistas resistem, mas seja através de um ecletismo que incorpora e, portanto, reproduz, o paradigma subjetivista hegemônico (setores do anarquismo, leninismo, etc.) ou se agarram dogmaticamente nas suas concepções, sem conseguir esboçar uma crítica mais ampla e radical do subjetivismo. Por outro lado, o marxismo – na versão atualizada do marxismo autogestionário – persiste e se desenvolve, gerando a crítica tanto do paradigma hegemônico atualmente quanto dos demais¹⁰.

A Dinâmica do Regime de acumulação integral

Todo regime de acumulação possui uma historicidade. A ideia de historicidade é fundamental para o marxismo e uma das principais categorias da dialética. Já a destacamos ao tratar da historicidade do modo de produção capitalista. Porém, os regimes de acumulação também possuem uma historicidade. Assim como houve uma sucessão de sociedades na história da humanidade (cujas determinações fundamentais eram os modos de produção, que, igualmente, se sucederam no processo histórico), há também, na história do capitalismo, uma sucessão de regimes de acumulação. Contudo, é preciso compreender que a cada regime de acumulação, a reprodução do capitalismo fica mais difícil. Além disso, é preciso compreender também que um regime de acumulação não é estático. Ele surge, se desenvolve e desaparece. Foi assim com todos os regimes de acumulação anteriores ao integral e assim será com este.

A historicidade dos regimes de acumulação é marcada por ciclos: ciclo de constituição, ciclo de consolidação, ciclo de dissolução (VIANA, 2016). Todo regime de acumulação possui um ciclo de constituição, marcado pela formação, ascensão e

¹⁰ A esse respeito é possível consultar as obras de Yvon Bourdet (BOURDET, 1978; VIANA, 2020a; GUILERM; BOURDET, 1976), Alain Guillerm (GUILLEM; BOURDET, 1976), Maurício Tragtenberg (PEIXOTO VIANA, 2020; TRAGTENBERG, 1989), Nildo Viana (SILVA, 2020; MARQUES; MAIA, 2018; VIANA, 2008) e outros (VIANA, 2020b), bem como toda uma corrente crítica que emergiu a partir de 1968, embora, fora do marxismo autogestionário e com ambiguidades, tal como no caso das várias tendências autonomistas.

expansão. Ele se forma no interior do regime de acumulação anterior, consegue se tornar predominante e se expande mundialmente. Esse processo é acompanhado, em seu final, pelo ciclo de consolidação, quando há seu fortalecimento e estabilização. Nesse momento, ele reina absoluto e sem grandes oposições (VIANA, 2016). Ele consegue a estabilidade, que é temporária, mas os ideólogos apresentarão a ideia de sua “eternização” e isso parecerá verdadeiro, tanto pela sua força real na sociedade quanto por sua hegemonia (paradigma, ideologias, representações, etc.) cultural. Porém, esse ciclo também se encerra e emerge o da dissolução. Este é marcado pelo enfraquecimento, desestabilização, crise, que pode gerar reconfiguração parcial e processos de desestabilização e crise, até chegar à sua crise final (VIANA, 2016). Cada ciclo é complexo e não há linearidade, havendo contradições e múltiplas determinações.

O regime de acumulação integral desenvolve tais ciclos e por mais que os ideólogos queiram eternizá-lo, ele é histórico e caminha para o seu fim. Assim, se o regime de acumulação conjugado teve o seu W. W. Rostow, o regime de acumulação integral teve o seu Francis Fukuyama¹¹. Esses ideólogos, que fazem sucesso numa temporada, são esquecidos noutra. Eles, no entanto, deveriam ser recordados, no sentido de mostrar que as ideologias que recusam a história são recusadas por ela inevitavelmente e isso ocorre de forma real e não via discursos falaciosos.

O ciclo de formação do regime de acumulação integral aponta para a já aludida crise do final dos anos 1960 e algumas experiências dos anos 1970 que seriam rearticuladas para constituir a mudança necessária para o capital. Assim, a crise do regime de acumulação conjugado gerava a necessidade de se pensar alternativas, mas os ideólogos e governantes possuem dificuldades para pensar fora do paradigma hegemônico e das diretrizes políticas e econômicas em voga. Mas, num contexto de crise, o paradigma hegemônico se enfraquece, bem como começa a se esboçar novas diretrizes econômicas e políticas. Nesse contexto, a Comissão Trilateral apontou para a tentativa de solução da crise do regime de acumulação conjugado via reforço de suas tendências, mas, ao mesmo tempo, anunciando alguns elementos que estariam presentes no futuro regime

¹¹ W. W. Rostow (1974) foi o autor da “*As Etapas do Desenvolvimento Econômico*”, cujo subtítulo era “*Um Manifesto Não-Comunista*” e que se fundamentava num evolucionismo apologético, no qual a industrialização gerou uma sociedade de consumo e chegaria a uma sociedade de abundância (e o capitalismo subordinado estava numa fase evolutiva anterior e em breve chegaria à sociedade de consumo e depois à fase da abundância). Sem dúvida, a história mostrou o equívoco de Rostow. Fukuyama (1992), em 1992, foi autor de “*O Fim da História e o Último Homem*”, no qual afirmava que a democracia (neo)liberal era a última etapa da história, e fez bem mais sucesso que Rostow. E, novamente, a história derrota aqueles que a recusa.

de acumulação. Esse é o caso de suas indicações sobre aumento da exploração internacional e maior repressão estatal (ASMAN, 1979). Outro elemento é a experiência privatizante no Chile durante o regime militar, sob inspiração de economistas neoliberais¹². O toyotismo, emergente no Japão, por sua vez, começa a chamar a atenção e nos anos 1980 passa a ser componente do novo regime de acumulação, no âmbito das relações de trabalho.

Assim, os anos 1980 foram de instauração do regime de acumulação integral e sua generalização, inicialmente na Europa (além dos EUA) e depois para o resto do mundo. Na América Latina, por exemplo, começa a emergir no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. A crise do capitalismo estatal da antiga URSS e dos países componentes do mesmo bloco, favoreceu esse processo e permitiu a hegemonia quase que absoluta do neoliberalismo, o que Ignácio Ramonet (2020) denominou “pensamento único”. As políticas neoliberais, as novas relações de trabalho e a intensificação da exploração internacional, elementos que caracterizam o regime de acumulação integral, permitiram um aumento do processo de exploração e, por conseguinte, uma retomada do ritmo de acumulação de capital. A estabilidade financeira e outros processos permitiram um período de tranquilidade para a classe capitalista.

Porém, subterraneamente ocorria um empobrecimento da população nos países capitalistas imperialistas, o que gerou a ideologia da “exclusão social”, emergente na França, bem como um processo de ampliação da lumpemproletarização a nível mundial (BRAGA, 2013; VIANA, 2009). Ao lado disso, a favelização (DAVIS, 2006) e outros processos se efetivaram. Por isso, também subterraneamente, o descontentamento aumenta. Em certos lugares explodem lutas sociais radicalizadas, como em Chiapas (México) e Argentina, bem como ocorre a reemergência de uma cultura contestadora e ações como a do chamado “movimento antiglobalização”. O regime de acumulação integral se defronta

¹² Muitos insistem em dizer que o Chile expressou a primeira experiência neoliberal, e os economistas da “Escola de Chicago”, tal como Milton Friedman, terem sido consultores de Augusto Pinochet parece confirmar tal ideia. No entanto, não se tratou de um Estado neoliberal, pois ocorreu num regime ditatorial (o que é bem contrário às diretrizes neoliberais e seus fundamentos ideológicos) e não se manifestou plenamente, pois apenas o caráter privatizante é que se destacou e se materializou nessa experiência, sendo que os demais aspectos ou não existiram ou foram desenvolvidos de forma muito rudimentar. Por outro lado, a base real do neoliberalismo, as mudanças nas relações de trabalho ainda não haviam começado e o processo de regularização deste pelo estado ditatorial chileno, obviamente, não poderia ocorrer. O Estado Neoliberal emerge, na verdade, na Inglaterra e Estados Unidos, nos anos 1980, e somente em análises que deixam de lado a totalidade (extraindo e isolando elementos do conjunto das relações sociais) é que poderia atribuir a um país do capitalismo subordinado de regime ditatorial a criação original do neoliberalismo, sendo que foi, no máximo, um experimento de um, ou alguns aspectos deste, que nem sequer era o seu elemento essencial.

com novos problemas e lutas sociais radicalizadas começam a reemergir. Isso pode ser considerado uma desestabilização moderada e relativa, ou um enfraquecimento, que abre espaço para o seu aprofundamento e já gera um endurecimento político do neoliberalismo.

Após isso, lutas esporádicas emergem em vários lugares, inclusive protestos no capitalismo imperialista, algo que havia praticamente desaparecido, como ocorreu na França em 2005. Assim, a estabilidade começa a ruir a partir dos anos 2000, mas há uma rearticulação nessa década do neoliberalismo, no qual se substitui as políticas universais do Estado integracionista pelas políticas segmentares do Estado neoliberal e a estabilidade econômica permitiu um avanço do neoliberalismo assistencialista via essas iniciativas e outras para os setores mais empobrecidos¹³. Os partidos de esquerda começaram a ganhar eleições e se submeteram às diretrizes neoliberais, abandonando qualquer projeto social-democrata em favor de políticas paliativas, assistencialistas e segmentares, bem como ampliou a responsabilização da sociedade civil. Nesse contexto, há uma convergência entre os adeptos do liberalismo democrático, metamorfoseado agora como neoliberalismo progressista¹⁴, e as esquerdas, realizando uma espécie de fusão entre os setores mais democráticos do bloco dominante e os setores mais moderados do bloco progressista¹⁵. Simultaneamente há um endurecimento no aspecto repressivo com um

¹³ Esse é o caso das iniciativas incentivadas pelo Banco Mundial de combate à pobreza. No Brasil, isso gestou alguns programas governamentais, tais como o bolsa-escola e, posteriormente, o bolsa-família.

¹⁴ Não poderemos discutir aqui a questão das várias tendências do liberalismo. O que é importante ressaltar é que o liberalismo tem distintas tendências no seu interior e sofreu mutações históricas. É possível, por exemplo, distinguir entre liberalismo nacional, liberalismo democrático, entre outras. O liberalismo democrático é um setor do pensamento liberal que une a ideia de liberdade individual e democracia representativa, bem como livre mercado com interferência estatal. A evolução do liberalismo democrático para um neoliberalismo progressista é o que ocorreu nos Estados Unidos. Nesse país, o liberalismo democrático adotou as políticas segmentares e outras concepções emergentes nas grandes instituições (organismos internacionais, fundações privadas, etc.) e assim passou a conceber a democracia representativa sob forma segmentada. Nancy Fraser (2017), apesar de sua confusão analítica, denominou esse processo como “neoliberalismo progressista”. No fundo, é um progressismo burguês, que se aproxima do progressismo da esquerda, embora esta seja ausente no caso norte-americano, a não ser de forma extremamente marginalizada. Porém, as esquerdas, tanto nos Estados Unidos quanto em grande parte do mundo, se tornaram ainda mais moderadas e se acomodaram ao neoliberalismo. Os governos de partidos de esquerda se tornaram apêndices do neoliberalismo progressista.

¹⁵ Não será possível aprofundar tal discussão, mas tão somente fazer um breve esclarecimento conceitual. Os blocos sociais são os setores mais organizados, conscientes e ativos que expressam os interesses das classes sociais, geralmente das classes fundamentais (burguesia e proletariado) e da terceira classe com maior iniciativa política, a burocracia. Assim, temos o bloco dominante, conservador, que expressa os interesses da classe dominante e agrega em torno de si outras classes superiores (setores da burocracia, intelectualidade, latifundiários – dependendo da época, etc.); o bloco progressista expressa os interesses do setor mais autonomizado da burocracia e que aglutina também setores da intelectualidade e outras classes, bem como grupos sociais, como uma parte da juventude; o bloco revolucionário expressa os interesses de classe do proletariado, que aglutina em torno de si as demais classes inferiores. Contudo, a relação entre blocos sociais e classes sociais é complexa e nem sempre a classe que tem seus interesses expressos por um bloco o apoia, tal como no caso clássico do proletariado, que tem setores que apoiam o bloco dominante e outros que se aliam ao bloco progressista, sendo insignificante a parte que se reúne em torno do bloco revolucionário, situação que somente muda em épocas revolucionárias.

crescimento do controle burocrático e estatal, inclusive com a política de contrainsurgência (VIANA, 2020c)¹⁶.

Porém, a acumulação capitalista é cíclica e depois de um período de ritmo acelerado de acumulação de capital, ela volta a dar sinais de desaceleração. Isso foi reforçado pela crise financeira de 2008. Essa crise financeira surgiu envolvida com o caráter cíclico da acumulação capitalista. No entanto, ela foi gerada pelo processo de ação governamental norte-americana com sua política financeira de contenção da inflação e outros processos, que geraram o que ficou conhecido como “bolha” (a do mercado imobiliário). A política governamental, no momento seguinte, com o aumento da taxa de juros, a fez explodir, gerando uma crise financeira nos Estados Unidos que se alastrou pelo mundo. A crise financeira, por sua vez, gerou um impacto negativo no ritmo de acumulação de capital. Assim, temos, com tal crise, o início do ciclo de dissolução do regime de acumulação integral.

Nesse contexto, a instabilidade econômica traz de volta a instabilidade política. Alguns países foram submetidos a uma nova fase do neoliberalismo, o discricionário¹⁷. O neoliberalismo discricionário é a forma temporária assumida pelo Estado neoliberal em momento de desestabilização do regime de acumulação integral e por isso pode, com uma nova estabilização relativa, desaparecer e retornar novamente. É possível que, em alguns casos, a desestabilização possa gerar formas estatais híbridas, como o liberal-conservantismo (tal como no caso brasileiro)¹⁸ ou outra forma estatal provisória ou não. Em momentos de crise do regime de acumulação integral, essas tendências se fortalecem e, nesse caso, o fascismo (nos países capitalistas imperialistas) ou regimes ditatoriais (no

¹⁶ Assim, é possível afirmar que o Estado neoliberal passa de “penal” (WACQUANT, 2001) para contrainsurgente (ZIBECHI, 2008), especialmente no capitalismo subordinado (VIANA, 2020c)

¹⁷ Ele se caracteriza por intensificar características do neoliberalismo visando a retomada da estabilidade, especialmente a repressão contrainsurgente e as chamadas “políticas de austeridade” (que podem efetivar uma intensificação da exploração, já excessiva, e redução ainda maior dos gastos estatais). Em determinados casos, ele pode intensificar apenas a repressão, em outros apenas as suas políticas econômicas, de austeridade, ou, ainda, em certos casos, a combinação de ambos. A combinação de ambos é mais comum, pelo menos temporariamente, especialmente quando emergem políticas de austeridade, pois isso tende a aumentar a reação popular, os protestos, manifestações, greves, etc. (VIANA, 2020c, p. 79).

¹⁸ A instabilidade política brasileira que emerge a partir de 2013 gerou a crise do neoliberalismo neopopulista instaurado pelo governo do Partido dos Trabalhadores e sua substituição por um neoliberalismo discricionário com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (2016) e sua substituição pelo vice-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Michel Temer e, após o processo eleitoral de 2018, o governo liberal-conservantista de Jair Bolsonaro, uma mistura híbrida de neoliberalismo (representada pelo ministro da economia) e conservantismo (representado pelo presidente da República, que realizou tal aliança para conquistar apoio eleitoral de setores da burguesia). Ou seja, em poucos anos se sucederam três formas de neoliberalismo na sociedade brasileira.

capitalismo subordinado)¹⁹ podem emergir, aparecendo como novas possibilidades no contexto da desestabilização existente.

Nesse contexto, a tendência do regime de acumulação integral era caminhar para uma crise, talvez com uma breve retomada do ritmo de acumulação. Contudo, o ano de 2020 trouxe um acontecimento extraordinário que tende a gerar uma crise do regime de acumulação integral, com poucas possibilidades de superação. Trata-se da pandemia provocada pelo coronavírus. O capitalismo aprofundou o processo de internacionalização a partir do regime de acumulação integral e o fluxo de mercadorias, serviços, entre outros processos, gerou uma maior possibilidade de emergência de pandemias do que nas épocas anteriores. Essa é uma distinção quantitativa. Contudo, a passagem de uma forma estatal intervencionista para a neoliberal significou uma menor capacidade de reação estatal diante de pandemias e outros processos. Ao lado disso, o neoliberalismo reduziu os gastos sociais em educação e saúde, e essa última, mesmo nos países imperialistas, se viu numa situação de precarização. A pandemia gerou a necessidade de maior intervenção estatal (em geral, tanto na economia quanto em outras instâncias) e isso, por sua vez, não só significa ir contra as diretrizes neoliberais quanto aumentar os gastos estatais e a dívida pública. Esta, por sua vez, gera efeitos no futuro.

Por outro lado, as políticas de contenção, tendo em vista a incapacidade dos serviços (estatais e privados) de saúde de atender a demanda gerada por um vírus com alto grau de transmissibilidade e disseminação, caracterizadas fundamentalmente pela reclusão doméstica (o chamado “isolamento social”), geram impacto negativo na economia, pois diminui o mercado consumidor, atinge trabalhadores autônomos, pequenos proprietários, empresas capitalistas de grande porte, entre outros. Assim, ocorre uma queda na produção (pequena, pois, por mais que se faça discurso sobre o “trabalho imaterial” como gerador de riqueza, é o trabalho produtivo dos proletários que geram os bens materiais para a sobrevivência da humanidade e para a acumulação capitalista, o que faz com que estes não sejam dispensados facilmente de suas atividades laborais), no consumo, no setor de serviços, entre outros. Isso tende a gerar crises localizadas, desemprego, falências, retração do mercado consumidor, entre outros elementos que, somados, tendem a gerar uma forte crise econômica.

¹⁹ Nos países capitalistas imperialistas o fascismo é uma possibilidade por causa do seu caráter nacionalista e imperialista, bem como sua tendência bélica, o que é impossível no caso dos países capitalistas subordinados, com sua burguesia subordinada e incapaz de gerar um autêntico nacionalismo.

Ora, se recordarmos que o regime de acumulação integral já se encontrava em um momento de desestabilização, fica mais claro que, a partir de agora, a passagem da desestabilização para a crise se torna quase incontornável. E, com a crise do regime de acumulação integral, as soluções autocráticas se tornam ainda mais prováveis, bem como a radicalização do movimento operário e das lutas sociais em geral. Enfim, quando fomos convidados para escrever o presente artigo, o final seria sem nenhuma referência ao coronavírus e a conclusão seria que a desestabilização do regime de acumulação integral deveria desembocar em sua crise. Agora, no final de abril de 2020, essa tendência se torna quase inevitável e, junto com ela, uma crise do capitalismo. O capital hoje está a um passo do abismo.

Considerações Finais

O nosso objetivo no presente artigo foi analisar a atualidade do modo de produção capitalista, o regime de acumulação integral, bem como sua dinâmica e tendências. A análise apontou para a percepção da emergência, consolidação e desestabilização do regime de acumulação integral. A perspectiva apontava para a passagem da desestabilização para uma crise e ela se fortaleceu drasticamente com o aparecimento da pandemia do coronavírus em 2020.

Seria necessário discutir as tendências mais específicas, bem como as possibilidades de ação coletiva no interior desse contexto, o que, no entanto, tornaria muito extenso o presente trabalho. Julgamos que cumprimos com nosso objetivo e apresentamos um quadro geral do capitalismo contemporâneo, que pode ter desdobramentos em outras análises aprofundando aspectos aqui esboçados e desenvolvendo reflexões sobre questões complementares.

Referências

ALMEIDA, Felipe Mateus (org.). *O Regime de Acumulação Integral. Retratos do Capitalismo Contemporâneo*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

ASMANN, Hugo (org.). *A Trilateral – Nova Fase do Capitalismo Mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo. De 1500 aos Nossos Dias*. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação Mundial e Dependência*. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOURDET, Yvon. *Teoria y Practica de la Autogestión*. Barcelona: El Cid Editor, 1978.

- BRAGA, Lisandro. *Classe em Farrapos*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.
- BRAGA, Lisandro. A Teoria do Regime de Acumulação Integral. In: MARQUES, Edmilson; MAIA, Lucas (orgs.). *Nildo Viana: Dialética e Contemporaneidade*. Lisboa: Chiado, 2018.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Bauru: Edusc, 2003.
- FRASER, Nancy. From Progressive Neoliberalism to Trump – and Beyond. *American Affairs*, v. 1, n. 4, p. 46-64, inverno de 2017.
- FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GRANOU, André. *Capitalismo e Modo de Vida*. Porto: Afrontamento, 1975.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do Desejo. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: Mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HIRSCH, Joachim. O Problema de Dedução da Forma e da Função do Estado Burguês. In: REICHELDT, Helmut e outros. *A Teoria do Estado. Materiais Para a Reconstrução da Teoria Marxista do Estado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LIPIETZ, Alan. *Miragens e Milagres*. Problemas da Industrialização do Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.
- MANDOSIO, Jean-Marc. *A Longevidade de uma Impostura: Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- MARQUES, Edmilson; MAIA, Lucas (orgs.). *Nildo Viana: Dialética e Contemporaneidade*. Lisboa: Chiado, 2018.
- MARX, Karl *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª Edição, São Paulo: Martins Fontes, 1983a.
- MARX, Karl. *O Capital*. 5 Vols., 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2001.
- ORIO, Mateus. O capitalismo no decorrer da história: a sucessão dos regimes de acumulação. In: ALMEIDA, Felipe Mateus (org.). *O Regime de Acumulação Integral. Retratos do Capitalismo Contemporâneo*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

- PEIXOTO VIANA, Alexandra. O Marxismo Autogestionário de Maurício Tragtenberg. In: VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- RAMONET, Ignácio. *O Pensamento Único e os Novos Senhores do Mundo*. Rio de Janeiro: Edições Pirata, 2020.
- ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Um Manifesto Não-Comunista. 5ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SALAMA, Pierre; MATHIAS, Gilbert. *O Estado Superdesenvolvido*. São Paulo. Brasiliense, 1981.
- SILVA, Rubens Vinicius da. O Marxismo Autogestionário de Nildo Viana. In: VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre O Socialismo*. 3ª Edição, São Paulo: Moderna, 1989.
- VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020b.
- VIANA, Nildo. “Los ciclos de los regímenes de acumulación”. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero-marzo 2016). Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/01/ciclos.html> acesso em 31/12/2016.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História – Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- VIANA, Nildo. *A Mercantilização das Relações Sociais*. Modo de Produção Capitalista e Formas Sociais Burguesas. Curitiba: Appris, 2018.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.
- VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.
- VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. O Marxismo Autogestionário de Yvon Bourdet. In: VIANA, Nildo (org.). *O Marxismo Autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020a.
- VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018.
- VIANA, Nildo. Regime de acumulação integral e dinâmica histórica do neoliberalismo. In: ALMEIDA, Felipe Mateus (org.). *O Regime de Acumulação Integral*. Retratos do Capitalismo Contemporâneo. Goiânia: Edições Redelp, 2020c.
- WACQUANT, Löic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente*. Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade Recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZIBECHI, Raul. A Militarização das Periferias Urbanas. *Revista O Comuneiro*, n. 9, Março de 2008.

Resumo: O capital domina a sociedade moderna e assume várias formas. A mutação histórica do capital assume a forma de regimes de acumulação. O nosso objetivo é justamente analisar a forma contemporânea assumida pelo capital, compreendido como uma relação social, em sua totalidade, ou seja, como capitalismo contemporâneo. Assim, o tema abordado aqui é o regime de acumulação integral, atual fase do capitalismo, e sua dinâmica histórica. O nosso interesse centrou-se na dinâmica histórica da acumulação integral e questões correlatas. Abordamos brevemente os pressupostos teóricos necessários para entender o processo analítico e realizamos uma análise das características do regime de acumulação integral e seus efeitos culturais, bem como sua dinâmica histórica de formação, desenvolvimento e tendência para a crise. A conclusão é a de que o regime de acumulação integral, como todos os demais regimes de acumulação, tende a entrar em colapso e ser substituído por algo novo, que pode ser no sentido positivo, a emancipação humana, ou no sentido negativo, o retorno da barbárie.

Palavras-chave: Regime de acumulação integral, capitalismo, subjetivismo, neoliberalismo, desestabilização, crise.

Abstract: Capital dominates modern society and takes many forms. The historical mutation of capital takes the form of regimes of accumulation. Our objective is precisely to analyze the contemporary form assumed by capital, understood as a social relationship, in its entirety, that is, as contemporary capitalism. Thus, the topic addressed here is the regime of integral accumulation, the current phase of capitalism, and its historical dynamics. Our interest has centered on the historical dynamics of integral accumulation and related issues. We briefly address the theoretical assumptions needed to understand the analytical process and carry out an analysis of the characteristics of the integral accumulation regime and its cultural effects, as well as its historical dynamics of formation, development and tendency towards crisis. The conclusion is that the integral accumulation regime, like all other accumulation regimes, tends to collapse and be replaced by something new, which can be in the positive sense, human emancipation, or in the negative sense, the return of barbarism.

Keywords: Integral accumulation regime, capitalism, subjectivism, neoliberalism, destabilization, crisis.

* Recebido em: 05/05/2022

* Aceito em: 02/09/2022

LAZER E JUVENTUDE NA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL CONTEMPORÂNEA

Mateus Orio*

Introdução: produção, distribuição, troca e consumo

No desenvolvimento histórico do ser humano enquanto sociedade são realizadas diversas atividades, entre as quais podemos destacar o trabalho. O trabalho, em um sentido amplo, designa o metabolismo do ser humano com a natureza (MARX e ENGELS, 1984). Isso quer dizer que, ao desenvolver o seu processo de sobrevivência, o ser humano trabalha. No interior do processo de trabalho temos a produção, a distribuição, a troca e o consumo (MARX, 1999).

Na sociedade moderna o processo de trabalho é marcado pelo capitalismo, de modo que os seres humanos para efetivarem o seu metabolismo com a natureza o fazem a partir da divisão entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que não os possuem. Estes últimos precisam então vender a sua força de trabalho para que, por intermédio do dinheiro que lhes é pago na forma de salário, possam efetivar sua sobrevivência. Então, na sociedade fundamentada pelo modo de produção capitalista (assim como nas demais sociedades de classe), a produção se dá por intermédio da divisão entre classes sociais.

A distribuição ocorre também nestes moldes, de forma que as diferentes classes sociais são distribuídas por diferentes tipos de trabalho e os produtos do trabalho são também distribuídos de forma desigual entre as diferentes classes. A troca é efetuada por intermédio do dinheiro, que é a mercadoria estabelecida como meio de troca universal, e o consumo é pautado na quantidade de dinheiro que cada consumidor possui, bem como o consumo de meios de produção caracteriza-se como uma forma de reprodução, no sentido da produção contínua de mais mercadorias. Produção, distribuição, troca e consumo se determinam mutuamente no movimento real da sociedade, constituindo-se em elementos de uma mesma unidade (MARX, 1999).

Dada a complexidade da sociedade moderna e a intensificação deste processo na contemporaneidade, temos também como atividades humanas o para-trabalho. O para-trabalho (VIANA, 2014) é entendido como um conjunto de atividades que visam preparar

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente de Ensino Superior na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar Lazer e Sociedade (LAS/UFG). E-mail: mateusorio@hotmail.com

o trabalho, como o transporte e a organização de materiais e ferramentas. Além do para-trabalho, os seres humanos naturalmente precisam satisfazer suas necessidades básicas: comer, dormir, manter a higiene pessoal etc. Estas atividades tomam também um determinado tempo. Temos também as obrigações sociais como atividades realizadas pelos seres humanos. Essas obrigações envolvem as distintas instituições sociais que se desenvolvem historicamente e que demandam mais ou menos tempo conforme a cultura. Assim, atualmente podemos observar tramitações burocráticas relativas à legalização das relações sociais; compromissos religiosos; encontros familiares; eventos escolares; entre várias outras atividades que se constituem como obrigações sociais para o ser humano.

Finalmente, a recreação é uma atividade que adquire importância na sociedade moderna, estando separada das demais atividades aludidas acima. O lazer é aqui entendido como um conjunto de atividades recreativas realizadas após o desenvolvimento do trabalho, para-trabalho, necessidades básicas e obrigações sociais (VIANA, 2014). Dessa forma, o lazer constitui atividades realizadas em um tempo que sobra após o desenvolvimento de todas aquelas outras atividades, ou seja, em um tempo residual. Nesse sentido, o lazer é indissociável do trabalho e por vezes é considerado como uma forma de recarregar as energias para retornar à labuta cotidiana.

Com o desenvolvimento do capitalismo vão se desenvolvendo formas alternativas e complementares de acumulação de capital. Dessa maneira, não criados diferentes nichos de mercado consumidor, fazendo com que sejam produzidas mercadorias variadas para formas de consumo diversas. Nesse contexto, a juventude consolida-se como um importante nicho de mercado consumidor.

A juventude é entendida como uma constituição social caracterizada pelo processo de ressocialização, no qual os jovens são preparados para o mercado de trabalho e para as obrigações sociais (VIANA, 2009a). Com isso, são desenvolvidas atividades de lazer pautadas no consumo de mercadorias voltadas para a juventude enquanto mercado consumidor. Essas mercadorias englobam comida, roupas, jogos, música, cinema e uma pluralidade de outros produtos culturais. A partir da consolidação da juventude como mercado consumidor este grupo social torna-se importante para a manutenção de determinado nível de acumulação de capital.

A acumulação de capital é um processo que envolve a exploração da burguesia – classe social que possui os meios de produção – sobre o proletariado – classe social que não possui meios de produção e precisa vender sua força de trabalho. O trabalho é explorado mediante o investimento em meios de produção e a contratação de

trabalhadores para empregarem sua força de trabalho na produção de mercadorias. Nesse processo, os meios de produção repassam seu valor às mercadorias e o trabalho dos proletários cria um valor novo, fazendo com que o produto final seja mais valioso do que a soma dos valores das demais mercadorias empregadas em sua produção.

A força de trabalho, enquanto capacidade de trabalho do indivíduo vivo, cria um valor superior ao valor de sua produção, ou seja, o valor da (produção da) força de trabalho é menor do que o valor que ela pode criar como trabalho vivo. A partir disso, a burguesia consegue mais valor no produto final em relação ao que investiu no início da produção e esse “mais-valor” (MARX, 1996) expressa a exploração sobre o proletariado, já que esta classe é quem, a partir de seu trabalho, fornece esse valor a mais que é apropriado pela burguesia.

O capitalismo, porém, não envolve meramente produção, como também consumo produtivo, reprodução, e por isso a produção capitalista não se encerra após o produto final, mas é constantemente repetida (MARX, 1985). Na medida em que o mais-valor é obtido com a venda das mercadorias, parte desse mais-valor é reinvestida na produção caracterizando o processo de acumulação. Assim, a acumulação de capital consiste na transformação da produção capitalista novamente em capital, em um processo contínuo.

A partir dessa base de produção social, o lazer é apropriado para a acumulação de capital e tem na juventude um grande espaço para a reprodução capitalista em escala ampliada. A apropriação capitalista do lazer possibilita uma acumulação de capital mais acelerada, porque as mercadorias de lazer são consumidas mais rapidamente (ou até instantaneamente). E a juventude, com o desenvolvimento de diferentes grupos e a sucessão de modas, possibilita uma acumulação de capital em escala ampliada por meio do lazer, ou seja, possibilita ciclos de produção progressivamente maiores.

Dessa forma, o problema que pauta esta pesquisa se remete ao desenvolvimento do lazer focado na juventude e as formas que ele assume para ampliar o consumo de mercadorias, conseqüentemente ampliando a acumulação de capital. Então, é possível definir as seguintes questões norteadoras: como é desenvolvido o lazer focado na juventude e quais formas este lazer assume para ampliar o consumo de mercadorias e assim ampliar a acumulação de capital?

Este estudo tem como objetivo discutir a relação da juventude com o desenvolvimento do lazer na contemporaneidade, o que envolve a sua apropriação para a acumulação capitalista. Especificamente objetiva-se discutir a juventude enquanto constituição social, o lazer enquanto um fenômeno moderno, atrelado ao capitalismo, e a

relação entre esses três elementos a partir da consideração da sociedade enquanto uma totalidade, ou seja, um todo complexo em que diversos elementos se encontram articulados.

Como referencial teórico-metodológico desta pesquisa temos o materialismo histórico desenvolvido por Karl Marx, no sentido de compreender as relações sociais concretas como síntese de múltiplas determinações articuladas em uma totalidade. Dessa forma, o método dialético fundamenta a presente discussão, de modo a compreender a realidade enquanto algo concreto e desenvolvido historicamente.

Portanto, com este artigo espera-se desenvolver uma contribuição para o debate acerca da juventude enquanto constituição social e do lazer enquanto fenômeno social, ambos concebidos como síntese de múltiplas determinações e inseridos, portanto, no processo de acumulação capitalista. Atualmente, o debate sobre a juventude se intensifica com a ascensão das redes sociais, bem como com a intensificação de produtos designados a este grupo social. Do mesmo modo, o debate sobre o lazer e o entretenimento se intensifica, muitas vezes objetivando a evasão em relação aos problemas sociais que cercam a vida dos jovens contemporâneos. Por isso mostra-se relevante desenvolver estas discussões de maneira mais aprofundada.

Na próxima seção deste artigo será discutida a juventude enquanto uma construção social da modernidade. Desta forma, esse grupo social é caracterizado por uma socialização profissionalizante no sentido da posterior adoção do papel de adulto. Em meio a isso, há o processo de desenvolvimento da imagem da juventude e as influências sobre o mesmo, bem como da luta da juventude pela independência e a questão da rebeldia e irreverência. Avançando nessa discussão, com o entendimento do desenvolvimento histórico do capitalismo, será discutida a tendência à formação de gerações etárias uniformizadas e, no caso da juventude, o reconhecimento desse grupo etário como marcado pela necessidade de lazer.

O lazer em si é o objeto da seção posterior, entendido enquanto um produto da sociedade moderna. A discussão dessa seção será pautada no desenvolvimento do modo de produção capitalista na sucessão de regimes de acumulação, passando notadamente pelas mudanças que reverberaram no fenômeno do lazer. Com isso, tornar-se-á possível a percepção dos processos de mercantilização e burocratização do lazer, da intensificação do consumo e da proliferação de mercadorias voltadas para o entretenimento em geral e para o entretenimento da juventude em específico.

Por fim, a terceira seção subsequente visa a análise da acumulação de capital por meio do lazer para a juventude, ou seja, a articulação entre os três principais eixos deste estudo. Dessa forma, será discutido mais especificamente o capitalismo na contemporaneidade e o caráter hedonista da juventude, em que os jovens contemporâneos são pressionados a seguir o modelo do jovem consumista. Será discutida também a proliferação de nichos de mercado que objetivam ampliar ainda mais o consumo juvenil, bem como associar a identidade da juventude a determinadas práticas sociais, buscando difundir essas mesmas práticas a outros grupos etários.

A juventude como construção social

A juventude é uma construção social da modernidade, conforme colocado por alguns estudiosos da área (VIANA, 2009a). A autoimagem da juventude é desenvolvida por este grupo social, sendo formada por sua experiência, reflexão e influência dos demais grupos, de modo que esses processos são também sociais. Assim, a formação da identidade – entendida como “a autoimagem desenvolvida pelos indivíduos e/ou grupos sociais” – da juventude é um processo que envolve uma produção da e para a juventude, como também para e pelos outros grupos aos quais ela se referênciava (VIANA, 2009a, p. 146).

O que caracteriza o grupo social constituinte da juventude então é a inserção no processo de ressocialização (VIANA, 2009a). Nesse sentido, a juventude engloba um grupo de determinada faixa etária que está em um processo de preparação para se integrar completamente na sociedade, na esfera do trabalho e das responsabilidades sociais, características da vida adulta.

Então, se as crianças são socializadas na família, escola e comunidade, para o convívio social, a juventude é preparada para o mercado de trabalho, trata-se, portanto, de uma socialização de caráter profissionalizante. Além disso, a ressocialização envolve o preparo para o exercício de responsabilidades sociais como constituição familiar, vida política etc. “Embora haja diferenças neste processo dependendo da classe social, cultura, etc., esta é a base social e unificadora desse grupo etário [...]” (VIANA, 2009a, p. 147).

Em se tratando de um processo social, a formação da identidade da juventude é determinada pelo outro, não necessariamente pelos próprios jovens, mas pelos adultos. “Somente num segundo momento é que esse grupo etário participa ativamente do processo de constituição de sua autoimagem” (VIANA, 2009a, p. 148). Assim, o jovem

é oprimido e controlado por várias instituições sociais para posteriormente assumir o papel de adulto.

“A imagem da juventude produzida pelo mundo adulto é aquela produzida pelas diversas ciências, pelos meios de comunicação de massas, pelas representações cotidianas, etc.” (VIANA, 2009a, p. 149). Além disso, outras influências na imagem social da juventude atuam no processo de constituição da identidade, como a ação estatal, e isso envolve a criação de particularidades que remetem ao mercado de trabalho, ao processo educacional, conduzindo a um conjunto de responsabilidades sociais específicas.

O ideal de adulto-padrão é tomado então como referência para a ressocialização da juventude. Dessa perspectiva, não se casar e ter filhos, constituindo um núcleo familiar padrão, e/ou não ter um emprego bem remunerado gera no indivíduo inserido no grupo social da juventude a qualificação de “desajustado”, de uma pessoa que simplesmente “não deu certo”. Gerando, para os pais, questionamentos de que não conseguiram educar de maneira adequada sua prole. Além disso, não seguir o exemplo de adulto-padrão provoca no indivíduo jovem a situação de anormalidade, criando também um distanciamento em relação aos demais. Assim, a busca por seguir esse exemplo abarca o sentido de pertencimento do jovem ao seu grupo social.

Outro aspecto definidor da juventude enquanto grupo social é a sua designação como transição, no sentido do jovem ser um adulto incompleto, conforme Viana (2009a, p. 151): “Este modelo encontra correspondência com o desenvolvimento cronológico e biológico dos indivíduos, e assim se vê confirmado e naturalizado”.

É neste contexto que ocorre a formação da identidade e dos valores dos jovens, bem como sua luta pela independência. Como os jovens não constituem uma massa amorfa, há a recusa, a crítica e a contestação sob as mais variadas formas. O processo de ressocialização, sendo repressivo e uma antecâmara do modo de vida adulto, é negado, bem como a dependência é negada, mas de forma ambígua, pois sua superação significará a inserção no trabalho alienado e no mundo das obrigações sociais também realizadas sob o signo da alienação, em instituições burocráticas e mediadas pela competição e mercantilização de tudo [...] (VIANA, 2009a, p. 152).

Parte da juventude recusa a influência das pressões sociais na constituição de sua identidade e assim desenvolve uma autoimagem pautada pela rebeldia e irreverência. Nesse sentido, a juventude carrega em sua autoimagem uma ambiguidade. Porém, estes aspectos da autoimagem da juventude são naturalizados:

A identidade da juventude, assim, não é exatamente a imagem produzida pelo mundo adulto. No entanto, este também trabalha sobre tal identidade, reinterpretando-a. Esta reinterpretação da identidade da juventude pelo mundo adulto, especialmente pelas ciências modernas, abarca a rebeldia e

ambiguidade da juventude, fornecendo-lhe uma naturalização, isto é, coloca nos seus quadros de referência aquilo que tal quadro não consegue explicar e por isso naturaliza os elementos que fogem de sua explicação, através da naturalização da “desnaturalização” contida na rebeldia e ambiguidade dos jovens. A rebeldia e ambiguidade são reinterpretadas como sendo um produto natural da idade, do desenvolvimento biológico, etc. (VIANA, 2009a, p. 152).

Dessa forma, a identidade da juventude é desenvolvida a partir dessas relações sociais, podendo em determinados momentos históricos apresentar rupturas e as diferenças no interior da juventude podem trazer modificações para esse processo. Com isso, a identidade da juventude resulta de sua situação concreta, “interpretada e reinterpretada pelas ideologias, representações cotidianas meios de comunicação, instituições, etc.” (VIANA, 2009a, p. 153).

Outra questão que envolve a juventude é o debate em torno das gerações etárias. Cada geração etária é marcada por um grupo de idade em um período histórico específico, convivendo assim idosos, adultos, jovens e crianças em cada período. Partindo de uma periodização do capitalismo baseada em sua existência concreta, não meramente em uma classificação arbitrária, temos a teoria dos regimes de acumulação (VIANA, 2003; 2009b). Nesse sentido, um regime de acumulação expressa determinado estágio do desenvolvimento capitalista, englobando formas específicas de: exploração do trabalho; regularização das relações sociais; e relações internacionais. Assim, para cada regime de acumulação há a tendência de ter gerações uniformizadas, ou seja, em cada grupo etário há certa homogeneidade. “Obviamente que a existência de uma geração uniformizada hegemônica implica na de outras, não-hegemônicas, com maior ou menor importância dependendo do regime de acumulação, das lutas sociais, etc.” (VIANA, 2012, p. 61).

Em meio ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, as formas de lazer vão também se desenvolvendo e a juventude é, muitas vezes, colocada como um grupo etário marcado pela busca pelo lazer. Dessa forma, em meio ao processo de ressocialização, os jovens são constrangidos a desempenhar uma função no mercado de trabalho e isso acaba demandando também maior necessidade de lazer para usufruir nos momentos residuais.

O lazer como fenômeno moderno

Partimos do entendimento do lazer como um produto da sociedade moderna, pois ainda que inegavelmente existam formas de distração e atividades lúdicas nas sociedades pré-capitalistas, nesta sociedade essas atividades assumem uma forma específica a qual é designada como lazer. Esse fenômeno moderno, então, desenvolve-se em íntima relação

com o trabalho, contrapondo-se a ele. As atividades de lazer na sociedade moderna podem ser espontâneas, controladas, como também podem efetivar a práxis, ainda que isso não ocorra necessariamente.

No interior da sociedade moderna, os regimes de acumulação caracterizam fases do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nesse sentido, cada período da sociedade capitalista é marcado por determinada forma de promover o processo de valorização, determinada forma de organização estatal e determinada forma de relações internacionais. Todo esse processo é mediado pelo desenvolvimento das lutas entre classes sociais que vão demarcar processos de crise, ruptura e surgimento de novos regimes de acumulação.

Temos, nos primórdios do capitalismo, a acumulação primitiva de capital, que caracterizou o período de constituição das condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, com a constituição do proletariado enquanto classe “livre” e sem propriedade, ficando esta concentrada na burguesia enquanto classe social. Nesse período o trabalho era organizado segundo as tarefas e começava a haver um controle sobre os trabalhadores para se adequarem a um ritmo de produção e junto a isso eram enfatizadas lições moralistas de trabalho austero e condenação à vadiagem.

Com a efetivação do capitalismo, o primeiro regime de acumulação é caracterizado pela extensão da produção capitalista para além da Europa. O processo de valorização era caracterizado pela máxima exploração, com baixos salários, extensão da jornada de trabalho e aplicação massiva de força de trabalho infantil e feminina. O Estado capitalista caracterizava-se por seu viés liberal, com a democracia censitária, e o neocolonialismo era a forma predominante de relações internacionais. Os conflitos de classe se deram no sentido da busca pela redução da jornada e melhores condições de trabalho. Além da longa jornada de trabalho, o moralismo coibia o lazer dos trabalhadores. Assim, o lazer era uma prerrogativa da burguesia e outras classes privilegiadas. Nesse período, do regime de acumulação extensivo, amplia-se o uso do dinheiro sob a forma de moeda metálica, o processo de urbanização se intensifica e começam a se desenvolver áreas específicas para lazer nas cidades.

No final do século XIX, com a ascensão dos movimentos sociais, que visavam melhores condições de trabalho e redução da jornada (com destaque para a Comuna de Paris, que empreendeu um novo processo de organização dos trabalhadores), houve uma intensificação dos conflitos sociais que resultou na crise do regime de acumulação

extensivo. O capitalismo então teve que se reorganizar em um novo regime de acumulação, o intensivo, cujo processo de valorização se pautou majoritariamente na intensificação do trabalho para que ele fosse explorado de forma mais intensa em um mesmo ou menor tempo. A organização estatal se deu nos moldes de um Estado liberal democrático, em que o sufrágio passou a se ampliar, e as relações internacionais foram pautadas pelo imperialismo.

Nesse período, com a redução da jornada de trabalho, o tempo para lazer passa a ganhar significância na vida dos trabalhadores. Há a expansão da produção de mercadorias capitalistas para além da Europa de modo que produtos que antes não eram mercadorias passam a ser mercantilizados, inclusive a música, que neste período assume cada vez mais a forma de uma mercadoria, sendo constituída, assim como diversos outros produtos culturais, como uma mercancia (Cf. VIANA, 2016).

As mercancias são produtos que não resultam de uma produção propriamente capitalista, ou seja, de um trabalho proletário mediado por meios de produção adquiridos para repassarem valor ao produto final. As mercancias, porém, assumem a *forma de mercadoria*, pois são vendidas de modo a possibilitar a apropriação de mais-valor em forma de dinheiro. Desse modo, a palavra *mercancia* é empregada com o sentido de ser uma “forma-mercadoria”: é vendida tal como as demais mercadorias, mas não possui a substância das mercadorias, pois não se concretiza como um produto que é repassado materialmente ao comprador.

Tem-se também, em meio ao regime de acumulação intensivo, a ampliação da burocratização das relações sociais, caracterizando-se por uma ampliação do controle sobre as relações sociais. Nesse sentido, começa a crescer o controle sobre as diversões populares. Atividades que promoviam o descanso e a evasão eram preconizadas em detrimento de atividades que poderiam indispor o corpo ao trabalho duro ou aquelas atividades que promoviam a reunião de trabalhadores, favorecendo o debate e crítica de suas condições sociais de trabalho. Assim, o esporte moderno, por exemplo, que enfatizava os trabalhadores como meros espectadores em detrimento de praticantes, passa a ser uma prática incentivada.

Então, no início do século XX novamente com o acirramento da luta de classes, principalmente devido à resistência dos trabalhadores às formas de trabalho implementadas, tem-se uma nova crise de acumulação. Essa crise desembocou nas duas Guerras Mundiais que possibilitaram grande acumulação por conta da reconstrução dos países devastados. A partir de então o capitalismo passou a se organizar de modo que o

processo de valorização enfatizou tanto a extensão como a intensificação do trabalho. Com o fordismo, a tecnologia passou a ditar o ritmo e a intensidade do trabalho, o Estado passou a ser organizado de forma integracionista, integrando os trabalhadores por meio do consumo e assistência social, e as relações internacionais foram pautadas pela formação de mercados de massa globais e pela intensificação do imperialismo.

Nesse regime de acumulação, entendido como regime de acumulação intensivo-extensivo, ou regime de acumulação conjugado, foi marcante o controle sobre os operários fora dos locais de trabalho. Tem-se o surgimento de serviços de recreação operária e assistência social no sentido de controlar o que os trabalhadores faziam nos momentos de descanso. Além disso, é nesse regime de acumulação que o lazer moderno é instituído de forma acabada. Há a proliferação de automóveis e aparelhos de televisão, resultando em uma intensificação do consumo, com uma grande quantidade de novas mercadorias e novas práticas de consumo. Intensifica-se a mercantilização dos produtos culturais e também do lazer com a espetacularização de eventos esportivos. Com isso, o consumo nos momentos de lazer expressa cada vez mais a necessidade de reprodução do capital. A mercantilização da música, principalmente o rock, desenvolve na juventude um mercado consumidor para discos, roupas e eventos culturais, efetivando a cooptação da juventude para a acumulação capitalista por meio do lazer:

O Rock and Roll, o jeans, o chiclete (gomas de mascar) e uma enorme quantidade de novas mercadorias em geral são produzidas, criando novos costumes e práticas de consumo. O lazer é cada vez mais mercantilizado. É nesse momento histórico que ao lado dos bares e outras formas de lazer que ocorrem em locais onde mercadorias são vendidas (nos bares, as bebidas, mas em outros locais outras mercadorias), tais como clubes de jogos, bem como o processo de profissionalização e mercantilização do futebol e outros esportes e da cultura (música, cinema, etc.), abrem um novo campo de lazer mercantilizado: os estádios de futebol e outros locais de eventos esportivos e culturais (clubes, salas de cinema, etc.) (VIANA, 2014, p. 63).

É nesse momento histórico também que a juventude se consolida enquanto constituição social com cunho contestador. Nessa época é que passa a haver maior uniformização dos jovens em relação às gerações anteriores. “Essa uniformização da juventude cria modos de comportamento e pensamento, um *ethos* juvenil, que será dominante e só será posto em xeque a partir da crise do regime de acumulação conjugado no final dos anos 1960” (VIANA, 2012, p. 61).

A integração da classe operária ao capitalismo começa a ruir no final da década de 1960. Com a intensificação das lutas de classe, com destaque para o Maio de 1968, tem-se nova crise de acumulação em que foram apresentadas tendências revolucionárias. Com o regime de acumulação integral tem-se uma nova ofensiva capitalista. O

capitalismo na contemporaneidade tem o processo de valorização marcado pelo toyotismo e modelos similares na busca tanto pela extensão quanto pela intensificação do trabalho. Com o Estado neoliberal e o neoimperialismo, há uma grande desarticulação de conquistas históricas do movimento operário e as relações internacionais são caracterizadas pela busca de força de trabalho mais barata nas mais diversas partes do mundo.

Nesse período, que marca a contemporaneidade do capitalismo, ou seja, o período dês de meados da década de 1970 e início dos anos 1980, temos o desenvolvimento dos jogos eletrônicos, videocassete e outros aparelhos cada vez mais sofisticados que intensificam o processo de mediação das práticas de lazer pelo consumo. A tecnologia microeletrônica se desenvolve cada vez mais, possibilitando também uma rápida obsolescência e criando novas necessidades.

Tem-se, além disso, o processo de criação de áreas de lazer em condomínios e a proliferação de *shopping centers* que diminuem a importância de praças e parques públicos para o lazer. Nesse sentido, vão se proliferando formas de lazer distintas conforme as diferentes classes sociais. Em meio a isso há a aquisição de chácaras e casas de veraneio por parte dos membros das classes privilegiadas, a associação a clubes de lazer e cresce a importância do turismo.

O processo de mercantilização da sociedade avança consideravelmente no regime de acumulação atual. Com o fim do Estado integracionista, reduzem-se os gastos públicos com lazer, de modo que cada vez mais as práticas de lazer são pagas. Se em meados do século passado os trabalhadores consumiam os eletrodomésticos produzidos em massa e de grande durabilidade, agora consomem também atividades, passeios e jogos que são consumidos instantaneamente, possibilitando acelerada acumulação de capital.

Isso é uma característica marcante da apropriação do lazer pelo capital (ORIO, 2019). Com a proliferação de mercancias voltadas para o entretenimento dos consumidores é possível que o giro do capital seja acelerado, pois as mercancias de lazer são consumidas¹ de forma instantânea. Uma sessão de cinema, por exemplo, promove um lucro instantâneo para o capital comunicacional que se apropria dos lucros desse tipo de produção. Este lucro instantâneo, caracterizado pela apropriação de mais-valor na forma de dinheiro, possibilita acelerar o giro de capital, impulsionando a economia capitalista.

¹ O termo “consumação” é empregado para designar a simultaneidade entre produção e consumo no caso das mercancias (Cf. VIANA, 2016).

Além disso, uma produção cinematográfica de sucesso proporciona a produção de jogos e brinquedos, mercadorias capitalistas que fornecem mais-valor aos capitalistas industriais; e proporciona também a consumação de outras mercancias como músicas, jogos eletrônicos, peças de teatro e visitas a parques de diversão, que fornecem dinheiro para os capitalistas mercantis. Trata-se, nesse sentido, do capital recreativo (ORIO, 2019), a parte da classe capitalista que versa sobre os produtos destinados à diversão.

A acumulação de capital por meio do lazer para a juventude

No regime de acumulação integral a juventude apresenta um caráter hedonista (Cf. VIANA, 2012), alheio aos conflitos sociais e é facilmente cooptada para o consumismo pela publicidade. Assim, a juventude contemporânea constitui um bom espaço para a ampliação do mercado consumidor necessária à acumulação de capital. Por outro lado, a juventude, especialmente oriunda das classes desprivilegiadas, apresenta um potencial para romper com as relações sociais existentes, podendo assumir maior radicalidade nos conflitos sociais.

As gerações de jovens anteriores, hoje idosos e adultos, influenciam no processo de ressocialização da juventude. Como resultado temos uma juventude uniformizada e também baseada no modelo de juventude pertencente às classes privilegiadas (VIANA, 2012). Assim, como os jovens se sentem pressionados a seguir o ideal de adulto-padrão, eles são, no presente regime de acumulação, pressionados a seguir o modelo de juventude consumista das classes privilegiadas.

A partir do regime de acumulação conjugado temos a divisão da família e das gerações em diferentes nichos de mercado e com o regime de acumulação integral criam-se diferentes nichos de mercado no interior de cada geração. Assim, no interior da juventude emerge uma pluralidade de nichos de mercado visando ampliar ainda mais o consumo juvenil. Na medida em que a juventude é cada vez mais segmentada, vai adquirindo importância para o jovem de determinado segmento efetivar a demarcação por meio do consumo.

Os movimentos sociais identitários e o reforço à afirmação de identidades impulsionam o processo de constituição de nichos de mercado, o que impacta sobre a juventude. Por sua ligação com a rebeldia, esse grupo social se predispõe ao novo, possibilitando a reprodução de modas e a produção capitalista de bens de consumo. Porém, devido às próprias condições do regime de acumulação integral (dificuldade de encontrar emprego, trabalho precário, crescentes necessidades de consumo etc.), parte da

juventude, oriunda das classes sociais desprivilegiadas, tende à revolta e à rebelião (VIANA, 2012).

Além de roupas e músicas são produzidos também uma pluralidade de *gadgets* como *smartphones*, computadores, jogos eletrônicos, aparelhos reprodutores de música e acessórios tecnológicos os mais diversos, ofertados para o consumo conspícuo dos jovens. “O acesso à tecnologia produz uma geração jovem mais próxima do mundo tecnológico e com mais acesso à informação. O consumismo, inclusive de aparelhos tecnológicos, é outra característica proeminente. Porém, com menor formação intelectual [...]” (VIANA, 2012, p. 65).

Outro aspecto desenvolvido cada vez mais contemporaneamente é a juventude enquanto um valor a ser atingido. Isso é algo apropriado pela publicidade e empregado para alavancar o consumo. Assim, produtos são vendidos com a ideia de tornar o consumidor mais jovem ou “jovial”. Da mesma forma, determinadas práticas de lazer como jogos e esportes de aventura são vendidas para outros grupos etários evocando as mesmas ideias. Então, se a juventude é um grupo etário afeito ao lazer, desenvolver práticas de lazer acaba sendo associado a ser jovem.

Por outro lado, participar de reuniões, trabalhar em escritório ou qualquer lugar fechado passa a ser associado pela publicidade a pessoas mais velhas, mais maduras ou mais “caretas”, antiquadas. Desse modo, a publicidade reforça certos valores sobre a identidade da juventude, embaraçando ainda mais o processo de ressocialização para o trabalho.

Além disso, a juventude aparece como o espaço etário do estudante universitário. Nesse sentido, ser universitário é identificado com ser jovem e concluir a graduação é reconhecido como um passo em direção à vida adulta. Tal como o trabalho se contrapõe ao lazer, o estudo universitário e jovem se contrapõe ao emprego adulto. Então, a publicidade propaga a ideia de que ser universitário é ser jovem e conseqüentemente consumir produtos para jovens e praticar atividades de jovens.

Com o desenvolvimento do capitalismo e a necessidade de encontrar cada vez mais complementos à acumulação, o lazer foi desenvolvido como uma forma de captar não só o tempo de trabalho, como também o tempo fora do trabalho para os objetivos do capital. A juventude estando associada ao lazer, portanto, passa a ser um grupo etário bastante visado para a acumulação, com o desenvolvimento de atividades de lazer pagas, que proporcionam ganhos imediatos.

Considerações finais

A juventude é uma constituição social e sua autoimagem é formada a partir de sua relação com outros grupos. O jovem é oprimido e controlado por diversas instituições para posteriormente assumir o papel de adulto. No interior desse grupo etário os indivíduos são considerados “adultos incompletos” designando a juventude enquanto uma fase de transição. Nesse contexto, ocorre a formação da identidade jovem e também sua luta pela independência. A rebeldia e a irreverência são representadas como sendo um produto natural da idade e a identidade da juventude é resultado dessas relações sociais e interpretações.

No desenvolvimento da sociedade capitalista as atividades recreativas assumem uma forma específica e dessa forma se desenvolve o fenômeno entendido como lazer. A princípio destaca-se o controle sobre os trabalhadores com a defesa do trabalho austero e a condenação à vadiagem. O lazer então emerge como prerrogativa das classes privilegiadas até, posteriormente, o tempo de lazer ter significância para as classes desfavorecidas. As atividades que promoviam o descanso e a evasão eram preconizadas em detrimento de atividades que poderiam indispor o corpo ao trabalho. Com o surgimento de novas práticas de consumo intensifica-se o processo de mercantilização da sociedade, de modo que cultura e lazer se tornam objetos de consumo.

A juventude das classes privilegiadas é posta como modelo e, com a criação de diferentes nichos de mercado no interior de cada geração, passa a ser importante para o jovem demarcar seu segmento por meio do consumo. A juventude em si torna-se um valor a ser atingido, de modo que praticar lazer é identificado com ser jovem. A partir disso, a publicidade associa determinados valores à juventude, embaraçando ainda mais o processo de ressocialização.

Considerando-se o lazer como um conjunto de atividades recreativas realizadas em um tempo residual e que essas atividades são apropriadas também como forma de desenvolver a acumulação de capital, tem-se a juventude como importante nicho de mercado consumidor. Com isso, são desenvolvidas diversas atividades de lazer focado na juventude, ao mesmo tempo em que a juventude é evocada como um valor pela publicidade, associando-a a um conjunto de produtos a atividades, fazendo com que o processo de ressocialização para o trabalho, característico deste grupo social, torne-se ainda mais complicado. Então, os indivíduos deste grupo social acabam sendo objeto de diversos produtos e atividades de lazer que são relevantes para a acumulação de capital.

Referências

- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro primeiro. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro segundo, 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- ORIO, Mateus. *Capital recreativo*. A apropriação capitalista do lazer. Curitiba: CRV, 2019.
- VIANA, Nildo. *A mercantilização das relações sociais - modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. Rio de Janeiro: Ar, 2016.
- VIANA, Nildo. *A mercantilização do lazer*. Espaço Livre. Goiânia, v. 9, n. 18, p.56-68, jul-dez. 2014.
- VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania - a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *Juventude e identidade*. Estudos. V. 36, n. 1, p. 145-154, 2009a.
- VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009b.
- VIANA, Nildo. *Regime de Acumulação, Gerações e Juventude*. Revista Espaço Acadêmico. V. 11, n. 129, p. 56-67, 2012.

Resumo: Este estudo tem como objetivo discutir a relação da juventude com o desenvolvimento do lazer na contemporaneidade, o que envolve a sua apropriação para a acumulação capitalista. O lazer é aqui entendido como um conjunto de atividades recreativas realizadas num tempo residual, após o desenvolvimento do trabalho, para-trabalho, necessidades básicas e obrigações sociais. A juventude é entendida como uma constituição social caracterizada pelo processo de ressocialização, no qual os jovens são preparados para o mercado de trabalho e para as obrigações sociais. A acumulação de capital consiste na transformação da produção capitalista novamente em capital, em um processo contínuo. Nesse sentido, o lazer é apropriado para a acumulação de capital e tem na juventude um grande espaço para a reprodução capitalista em escala ampliada. Desta forma, a questão norteadora deste trabalho se remete ao desenvolvimento do lazer focado na juventude e as formas que ele assume para ampliar o consumo de mercadorias e, conseqüentemente, a acumulação de capital. Este estudo tem como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico desenvolvido por Karl Marx, no sentido de compreender as relações sociais concretas como síntese de múltiplas determinações articuladas em uma totalidade. Então, com este artigo espera-se constituir uma contribuição sociológica para o debate acerca da juventude enquanto constituição social e do lazer enquanto fenômeno social, ambos concebidos como síntese de múltiplas determinações e inseridos, portanto, no processo de acumulação capitalista.

Palavras-chave: Lazer, juventude, regimes de acumulação, capital recreativo.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo discutir la relación entre la juventud y el desarrollo del ocio en la época contemporánea, lo que implica su apropiación para la acumulación capitalista. El ocio se entiende aquí como un conjunto de actividades recreativas realizadas en un tiempo residual, posterior al desarrollo del trabajo, por-trabajo, necesidades básicas y obligaciones sociales. La juventud es entendida como una constitución social caracterizada por el proceso de resocialización, en el que los jóvenes se preparan para el mercado laboral y para las obligaciones sociales. La acumulación de capital consiste en la transformación de la producción capitalista nuevamente en capital, en un proceso continuo. En este sentido, el ocio es apropiado para la acumulación de capital y tiene un gran espacio para la reproducción capitalista a mayor escala en la juventud. De esta forma, la pregunta rectora de este trabajo se refiere al desarrollo del ocio enfocado en la juventud y las formas que toma para expandir el consumo de bienes y, consecuentemente, la acumulación de capital. Este estudio tiene como referente teórico-metodológico el materialismo histórico desarrollado por Karl Marx, en el sentido de entender las relaciones sociales concretas como síntesis de múltiples determinaciones articuladas en una totalidad. Así, este artículo pretende hacer un aporte sociológico al debate sobre la juventud como constitución social y el ocio como fenómeno social, ambos concebidos como síntesis de múltiples determinaciones e insertos, por tanto, en el proceso de acumulación capitalista.

Palabras clave: Ocio, juventud, regímenes de acumulación, capital recreativo.

Abstract: This study aims to discuss the relationship between youth and the development of leisure in contemporary society, which involves its appropriation for capitalist accumulation. Leisure is understood here as a set of recreational activities performed in a residual time, after the development of work, for-work, basic needs and social obligations. Youth is understood as a social constitution characterized by the resocialization process, in which young people are prepared for the labor market and for social obligations. Capital accumulation consists in the transformation of capitalist production back into capital, in a continuous process. In this sense, leisure is appropriate for the capital accumulation and has a large space in youth for capitalist reproduction on a larger scale. In this way, the guiding question of this work refers to the development of leisure focused on youth and the ways it takes to expand the consumption of goods and, consequently, the accumulation of capital. This study has as a theoretical-methodological reference the historical materialism developed by Karl Marx, in the sense of understanding concrete social relations as a synthesis of multiple determinations articulated in a totality. So, this article hopes to make a sociological contribution to the debate about youth as a social constitution and leisure as a social phenomenon, both conceived as a synthesis of multiple determinations and inserted, therefore, in the process of capitalist accumulation.

Keywords: Recreation, youth, accumulation regimes, recreational capital.

* Recebido em: 03/05/2023

* Aceito em: 23/05/2023

RESENHA DA OBRA***O MODO DE PENSAR BURGUEÊS: EPISTEME BURGUESA E EPISTEME MARXISTA***
(VIANA, 2018)

Giulia Maria Barossi*

O livro que será apresentado, de forma descritiva e crítica, se intitula **O modo de pensar burguês: episteme burguesa e episteme marxista** de autoria de Nildo Viana. A obra foi publicada pela Editora CRV no ano de 2018.

O autor e professor, Nildo Silva Viana, possui doutorado em sociologia pela Universidade de Brasília, pós-doutorado pela Universidade de São Paulo e é graduado em ciências sociais pela Universidade Federal de Goiás.

O livro está estruturado em quatro partes principais, divididas em cinco capítulos. A primeira parte apresenta os conceitos fundamentais de episteme e seus respectivos campos mentais. A segunda parte aprofunda as questões inerentes à episteme burguesa, suas particularidades, história e paradigmas. A terceira apresenta de forma pormenorizada a episteme marxista, do ponto de vista de sua formação, desenvolvimento e campos mentais. Por fim, a quarta parte contrapõe as epistememes previamente esmiuçadas, visando compreender a luta cultural travada entre ambas. A partir desta estrutura, o objetivo do autor foi refletir acerca da episteme burguesa e da episteme marxista, o que fornecerá as bases para análises posteriores sobre as renovações hegemônicas na história do capitalismo.

A obra contribui com a observação do modo de pensar burguês e proletário-revolucionário através do último, que é a episteme autoconsciente, antagônica à episteme burguesa.

O primeiro capítulo (“Episteme e campos mentais”) introduz os conceitos fundamentais acerca de episteme, demonstrando que se trata de uma infraestrutura de pensamento que tem sua origem no saber noosférico, mas se impõe nas representações cotidianas. A partir disso, o autor faz breves apontamentos e diferenciações entre a episteme burguesa e a episteme marxista, com o intuito de ilustrar suas proposições e indicar algumas diferenças iniciais entre elas. Com isso, parte para a explicação dos campos mentais que, em conjunto, formam uma episteme, esmiuçando os campos linguístico, axiomático, analítico e perceptivo.

* Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia/PGSOCIO do Departamento de Sociologia/DECISO - Universidade Federal do Paraná/UFPR.

O campo linguístico é formado pelo campo lexical e semântico, e nesta oportunidade, Nildo Viana aproveita para demarcar a contraposição ao entendimento de Terwilliger de que, são as palavras e as ideias que geram a realidade, pois, na episteme marxista, é a realidade que gera a palavra. No que concerne ao campo axiomático, indica que é a parte da episteme que expressa os valores e desvalores, conseqüentemente, demonstrando os interesses inerentes e gerando um processo de autolegitimação e autovalorização da episteme, por meio de processos de censura, autocensura e proscricção.

Por sua vez, o campo analítico constitui um corpus de análise que pode ser tanto a realidade, quanto aspectos dela. Este campo possui formas de assimilação: a universalização e a hierarquização. Por fim, o campo perceptivo da episteme é o conjunto dos fenômenos que podem ser percebidos a partir da episteme, sendo mais amplo do que um paradigma ou uma ideologia. O autor exemplifica tal episteme ao afirmar que Aristóteles percebia a estética, a política, a botânica, a ética, entre outros, mas não vislumbrava a possibilidade de existência do pós-escravagismo, da mesma forma que a episteme burguesa não pode conceber o pós-capitalismo por seu campo perceptivo. Portanto, é importante destacar que, o que é observado pelo campo perceptivo não é necessariamente o que existe, sendo o exemplo mais ordinário da constituição de um campo perceptivo, a ideologia. Viana demonstra que os campos não são autônomos entre si, pois se influenciam mutuamente, na medida em que o campo linguístico é determinante para o campo perceptivo, por exemplo.

O segundo (“Episteme burguesa”) e o terceiro capítulo (“Paradigmas, hegemonia e renovações hegemônicas”) tratam sobre a episteme burguesa, de modo que, no capítulo dois, o autor esclarece que a episteme burguesa é imperceptível através da perspectiva burguesa, sendo necessária a emergência de outra episteme para que a primeira seja devidamente analisada, qual seja a episteme marxista. A episteme burguesa surge com a formação da sociedade capitalista, remetendo ao modo de produção capitalista e a burguesia como classe dominante. Assim, conforme a necessidade, é gestada uma nova cultura, um novo saber noosférico, isto é, a ciência.

O campo axiomático da episteme burguesa é responsável pela geração de um compilado de interesses e valores que são traduzidos nas ideologias burguesas, que incorrem na naturalização das relações sociais existentes, tais como a competição, a mercantilização e a burocratização. É neste campo que manifesta a mentalidade burguesa e que se excluem os valores antagônicos por meio de censura, convertendo-os em desvalores. Nildo Viana aponta Descartes e Bacon como os fornecedores dos elementos de formação do campo axiomático do modo de pensar burguês, que se consolida posteriormente com o iluminismo, liberalismo e com

a filosofia alemã. Assim, pode-se dizer que neste campo subsistem os valores explícitos, implícitos e ocultos.

O campo linguístico da episteme burguesa fornece os construtos para a episteme com a apresentação de sujeito, objeto, neutralidade, entre outros, pois a linguagem é palco da luta de classes em torno dos signos. O autor exemplifica com os pares antinômicos como realismo e idealismo, dogmatismo e ceticismo e afirma que o campo linguístico produz limites intransponíveis e por isso deve ser limitado. Por sua vez, o campo analítico possui três elementos constitutivos: o anistorismo, o antinomismo e o reducionismo, que visam negar a totalidade e são ressignificados para harmonizarem com a episteme burguesa. Por fim, o campo perceptivo da episteme burguesa é delimitado pelos demais campos, sendo o menos autônomo de todos. Apresenta formas de negar a totalidade concreta e transformar as classes em simples processos classificatórios abstratos, buscando absorver o marxismo e minar sua potência enquanto teoria revolucionária a partir da exclusão da história do campo perceptivo da episteme burguesa.

No terceiro capítulo, o autor discorre sobre paradigmas, hegemonia e renovações hegemônicas. Primeiramente, é apresentado que em todos os paradigmas e ideologias se manifestam os elementos do campo analítico, sendo que ambos são originados pela episteme burguesa. Assim, de forma didática, Viana afirma que, o modo de produção capitalista é a essência, enquanto cada regime de acumulação é um paradigma hegemônico.

Paradigma é um modo de pensar gerado por uma episteme que assume uma forma particular, elabora campos mentais próprios e recebe certo reconhecimento coletivo. É a partir deles que são geradas as ideologias. A ideologia, na concepção marxista, é um sistema ilusório com “momentos de verdade”, demonstrando a realidade de forma invertida, sendo prisioneiras do momento e correspondentes a subdivisões do pensamento burguês.

Os paradigmas hegemônicos se referem aos regimes de acumulação e, portanto, segundo o autor é muito raro que indivíduos mudem de paradigma apesar de eventualmente mudarem de ideologia. A hegemonia é uma vigência cultural que se caracteriza pelo predomínio de uma determinada mentalidade e episteme, que se impõe à sociedade ou a setores da sociedade. A hegemonia pressupõe processos de constituição que são a dominação, a inércia, a confluência e a autoformação. Enquanto as hegemonias burguesa e burocrática se constituem na dominação e na inércia, a hegemonia proletária se fundamenta na confluência e na autoformação, fundindo a teoria da episteme marxista com a consciência revolucionária da classe proletária.

As transformações na hegemonia burguesa ocorrem sem alterar sua essência, pois subsiste a manutenção da mentalidade burguesa, portanto, as renovações hegemônicas são

mudanças nos elementos derivados, que se traduz na substituição de um paradigma hegemônico por um novo paradigma. Viana ilustra isso a partir da inferência de que a propriedade privada é um valor permanente, mas o aparato estatal pode se transformar em um desvalor. Processos de readequação em consonância com as alterações do regime de acumulação se impõe como necessidade do capital e, deste modo, podem se efetivar quando necessário, mas enfrentarão a resistência da inércia cultural. Com isso, o autor apresenta que a convergência cultural é um processo no qual a renovação hegemônica se espalha por diversas manifestações culturais, pois quando, na esfera científica e filosófica, surge um novo paradigma, ele se espalha pela sociedade e passa a ser reproduzido em outras esferas.

No quarto capítulo (“A revolução epistêmica de Marx”) o autor desenvolve sua análise sobre a episteme marxista e suas características, apresentando a revolução epistêmica de Marx que foi possibilitada pelas brechas da luta de classes. A formação da episteme marxista teve como ponto de partida o campo axiomático, por meio da constituição do proletariado enquanto classe, de sua luta e, por fim, da formação humanista de Marx. A episteme marxista se desenvolve pela consolidação do campo axiomático humanista radical, com os interesses do proletariado, caminhando para a formação dos demais campos. Segundo Viana, com a morte de Marx, a episteme marxista perdeu o seu principal desenvolvedor e, a partir disso, surgiram deformadores do campo analítico marxista, que se relaciona com as deformações no campo axiomático pela socialdemocracia alemã. Assim, o autor propõe a utilização do termo autogestão como substituto de comunismo em razão da deformação do primeiro termo.

O campo linguístico da episteme marxista assimila termos já existentes, trabalhando sua ressignificação, assim como com a criação lexical. Deste modo, conceitos novos são criados da mesma forma que outros ganham novos significados. O campo lexical marxista é inesgotável e avançará com a ampliação de suas teorias, excluindo constructos que promovem a inversão da realidade. Ainda, o campo semântico da episteme marxista é apresentado como bastante complexo, tendo em vista que a complexidade da realidade gera a complexidade dos conceitos, como é o caso do conceito de classe social, por exemplo.

Destarte, o campo axiomático marxista realiza o processo de censura, autocensura e proscricção dos valores burgueses que possuem um conteúdo radicalmente diferente, pois são antagônicos aos interesses do campo axiomático marxista. Este é um campo muito mais crítico do que autolegitimador, uma vez que sua legitimidade prescinde de adornos e perfumarias.

O campo analítico marxista emerge a partir do campo axiomático, sendo conhecido como método dialético que apresenta como categorias fundamentais da dialética marxista a totalidade, historicidade e radicalidade e possui como base teórica o materialismo histórico. A

radicalidade pressupõe buscar a raiz e, segundo Marx (apud VIANA, 2018, p. 114), a raiz para o homem é o próprio homem. Viana destaca como a historicidade da episteme burguesa não passa de uma falsificação, do mesmo modo em que há um reducionismo da totalidade. Por fim, o campo perceptivo marxista é igualmente infinito, remetendo à radicalidade, totalidade e historicidade. Incluindo tanto a realidade social quanto a natural. O marxismo institui uma possibilidade de futuro pós-capitalista.

No quinto capítulo (“Episteme marxista, episteme burguesa e luta cultural”), o autor apresenta uma das questões fundamentais para a compreensão da relação entre a episteme burguesa e a episteme marxista que é a luta cultural. Esta luta é parte constituinte da luta de classes entre o proletariado e a burguesia, sendo um obstáculo para o desenvolvimento da episteme marxista.

Em seguida, Viana discorre sobre a marginalização e os empecilhos para a compreensão da episteme marxista em razão da limitação da consciência dos indivíduos pela episteme burguesa e sua hegemonia que, ao apontar a episteme marxista como não científica, corrobora com este cenário, tendo em vista o prestígio que a ciência recebe na sociedade capitalista. Em cada regime de acumulação o marxismo é criticado por um prisma diferente, o que caracteriza a história das interpretações do marxismo na sociedade capitalista e, por trás dessas críticas, está sempre a episteme burguesa.

Ainda, o autor analisa a marginalização da episteme marxista apontando os problemas do que ele chama de pseudomarxismo e de oposicionismo, sendo que o primeiro reduz o marxismo a uma ciência através da indicação da antinomia “ciência burguesa”/“ciência proletária” e, portanto, as tradições relacionadas a ele (leinistas e kautskistas) não rompem com a episteme burguesa, pelo contrário demonstram uma adesão a esse modo de pensar. Por sua vez, o oposicionismo é representado, na obra de Viana, pelo anarquismo que, por não possuir um saber noosférico, não rompe com as ideologias e paradigmas burgueses, utilizando-os como base intelectual, o que demonstra uma verdadeira falta de autonomia.

A luta cultural do proletariado é prejudicada por uma série de questões, incluindo o conjunto de organizações burocráticas e as contradições no próprio movimento operário. Para que a consciência revolucionária seja desenvolvida é preciso ter em perspectiva os elementos fundamentais da episteme marxista que são a totalidade, historicidade e radicalidade. A luta cultural é fundamental e precede o processo revolucionário, o que não se confunde com a conquista da hegemonia proletária, que só pode acontecer após este processo. Contudo, a conquista de hegemonias parciais pode acelerar a transformação radical da sociedade, fundada na autogestão social.

A análise apresenta como resultados elementos importantes para compreender o desenvolvimento da sociedade capitalista, o que será aprofundado em uma obra de continuação dos estudos do livro em observação, que tratará dos significados históricos e sociais da sucessão de paradigmas hegemônicos. Ademais, o objetivo de analisar as epistemes foi efetivado, assim como a abordagem da luta cultural, que contou com a verificação das bases ideológicas do pseudomarxismo e do oposicionismo.

A partir da leitura do livro, fica evidente que, com propriedade, o autor realizou uma análise detalhada da episteme burguesa e da episteme marxista, exemplificando com situações concretas da realidade. Destarte, com uma linguagem acessível, Viana apresentou os campos mentais e desenhou a constituição das epistemes, diferenciando-as e ressaltando as limitações da episteme burguesa na compreensão da realidade e na compreensão de sua própria episteme antagônica.

Ainda, é importante apreciar que, Nildo não se esquivava das polêmicas, em especial com os grupos que se apresentam como os principais representantes da oposição ao capitalismo no cenário político, que são os representantes das tradições leninistas e kautskistas. Assim, com sua “crítica desapiedada”, demarca seu posicionamento em relação às tais teorias, o que irá reverberar em sua atuação política para a transformação radical da sociedade. A presente obra cumpre, brilhantemente, o papel de apresentar e divulgar aos leitores um modo de pensar que não possui muita popularidade na atualidade, por razões que foram inclusive mencionadas na obra, de forma a ampliar os horizontes de pessoas engajadas nos estudos e na militância revolucionária.

O livro esclarece, de forma fundamentada, as diferenças do comunismo autogestionário e as demais tradições que se reivindicam marxistas, focalizando o antagonismo entre a episteme burguesa e a episteme marxista, o que é importante para situar os leitores que se encontram frente às eventuais dúvidas sobre as possibilidades e limitações dos “anticapitalismos”, bem como avançar no enfrentamento ao modo de pensar burguês por meio do fortalecimento embasado do proletariado na luta cultural.

Por fim, sendo importante transformar o cenário evidenciado por Nildo acerca da raridade com que os indivíduos mudam de paradigmas e, mais importante, mudam de episteme, fica para o leitor a curiosidade pelo desenvolvimento aprofundado das possibilidades de atuação na luta cultural, a fim de concretizar a fusão da teoria da episteme marxista com a consciência revolucionária da classe proletária. Obviamente, este ponto inacabado na obra será oportunamente abordado por Nildo Viana na continuação do livro.

A partir da leitura e avaliação, indica-se esta obra, principalmente, aos jovens que estão iniciando seu contato com a luta política e buscando encontrar a tradição que apresente as respostas mais satisfatórias para seus anseios relacionados às possibilidades de luta e superação do capitalismo. Ainda, indica-se este livro para acadêmicos, sobretudo aos que se estudam as áreas abrangidas pelas humanidades, bem como aos demais interessados em entender as diferenças entre episteme burguesa e episteme marxista e os desafios para a superação da primeira.

Referência:

VIANA, Nildo. *O modo de pensar burguês – episteme burguesa e episteme marxista*. Curitiba: CRV Editora, 2018.